

Quem disse ?

«Com ela (Terceira Via) o Estado vai-se retirando, cada vez mais, do campo social, abdicando do seu papel redistributivo, fragilizando os mais fracos e fortalecendo os mais fortes.»

Fernando Pereira Marques
Expresso, 12 de Agosto

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

N.º1075 • 7 SETEMBRO 2000 • SEMANAL • 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



NAS
BANCAS

Censura do PSD será chumbada no Parlamento

Durão condenado a nova derrota

A moção de censura do PSD ao Governo, anunciada terça-feira por Durão Barroso, irá servir para reforçar ainda mais a unidade e coesão do Executivo liderado por António Guterres, demonstra que o maior partido da oposição continua a andar a reboque do PP de Paulo Portas e está condenada a ser chumbada no Parlamento. Esta foi, em síntese, a reacção de vários dirigentes socialistas após terem sido confrontados com a estranha e incoerente opção do presidente do PSD.

Reagindo às declarações antes proferidas pelo líder do PSD, o vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS, camarada José Junqueiro, assegurou que a moção de censura irá merecer a oposição dos 115 deputados socialistas, o que contribuirá para a sua inevitável derrota na Assembleia da República. «E a sua derrota no Parlamento representará a profundíssima derrota do PSD e em particular de Durão Barroso», advertiu o dirigente do PS.

Como salientou José Junqueiro, ao contrário do PSD, o PS continua a bater-se pela manutenção de um ambiente de paz social e de estabilidade social no país, mesmo que para isso tenha que tomar decisões difíceis e não populares, como foi a da política de estabilidade dos preços dos combustíveis. Neste contexto, o presidente do PS/Viseu e membro da Comissão Permanente do partido acusou o PSD de querer para Portugal uma «crise semelhante» à que se vive actualmente em França devido ao aumento dos combustíveis, tendo aproveitado este exemplo para reiterar que o Governo de António Guterres tinha razão em querer assegurar a estabilidade dos preços da gasolina.

José Junqueiro acusou ainda Durão Barroso de apresentar uma moção de censura ao Governo por mera disputa com o PP e afirmou que o PSD não tem legitimidade política e moral para falar dos problemas dos portugueses, uma vez que «nem consegue governar a sua casa». Denunciou ainda que a estratégia do PSD nada mais é do que a de interromper o ciclo de aumento de emprego e diminuição dos impostos, que terão maior expressão em 2001.

Guterres abre ano político com um discurso forte em Esposende

PS preparado para usar a espada contra a irracionalidade da oposição



O primeiro-ministro deixou em Esposende um sério aviso às forças da oposição, caso se unam para impedir a aprovação do Orçamento de Estado de 2001. Se as oposições optarem por uma lógica de irracionalidade, levando o País a viver vários meses de duodécimos, o PS não se deixará encostar à parede e escolherá a espada. Irá à luta em defesa de uma subordinação da política à ética e à moral, mas também em nome da preservação de um Governo com forte consciência social. No primeiro comício após as férias do Verão, o secretário-geral do PS também fez alusão ao começo de um novo ciclo na vida nacional. Um novo ciclo em que reconheceu dificuldades acrescidas, mas também em relação ao qual apontou novos caminhos e novas soluções. António Guterres assumiu as responsabilidades por alguns erros ou omissões que possam ter sido cometidos pelo Executivo, mas demonstrou como o País está hoje bem melhor nos mais importantes domínios quando comparado com o Portugal dos tempos de Cavaco Silva.

Internacional

Cimeira do Milénio em Nova Iorque Guterres reuniu-se com Ehud Barak



Com a presença de mais de 150 Chefes de Estado e de Governo iniciou-se ontem, quarta-feira, a Cimeira do Milénio. O primeiro-ministro português, António Guterres, chegou segunda-feira à tarde a Nova Iorque e iniciou de imediato um programa de contactos bilaterais avistando-se durante pouco mais de uma hora com o seu homólogo israelita Ehud Barak.

Sociedade & País

Sectores prioritários na Educação 2006: medicina/saúde e artes na mira



O ministro da Educação assegurou na passada segunda-feira, dia 4, no Porto que as áreas da medicina/saúde e das artes são prioritárias em Portugal, até 2006. «Está a ser feito um investimento muito significativo na área do ensino da medicina», disse Guilherme d'Oliveira Martins, referindo o aumento do número de vagas (30 por cento) e a criação de duas novas escolas na Universidade do Minho e da Beira Interior.

Guterres adverte oposição

A intervenção do secretário-geral do Partido Socialista, no comício da *rentrée* em Esposende, marcou politicamente o início de um novo ciclo da governação de António Guterres.

Referindo-se ao oportunismo populista das propostas da oposição cuja única preocupação se prende com o *score* das sondagens e dos índices de popularidade, Guterres finalizou a sua intervenção, perante milhares de socialistas, com uma séria advertência à oposição. «Cuidado, não corram o risco da irracionalidade. Não tentem colocar-me entre a espada e a parede, porque digo com toda a serenidade, se quiserem colocar-me entre a espada e a parede. Então ver-me-ei obrigado a escolher a espada. A espada em torno da qual procurarei unir todos aqueles que acham que a política tem que se subordinar à ética e não pode ser um jogo de interesses, de demagogias, ou de populismo. A espada dos que entendem que a consciência social é uma componente indispensável na vida política e económica de um País».

Esta frase que viria a abrir os telejornais dessa noite é bem elucidativa da intenção do Executivo em não se deixar enlevar nas teias da demagogia e da promessa fácil.

O PS e o Governo têm princípios e valores por que se norteiam e é com base neles que intervêm na sociedade tornando-a mais justa, fraterna e solidária, isto é a marca socialista. O programa do actual Governo foi amplamente sufragado nas últimas legislativas, foi esse programa que os portugueses elegeram e foi no Partido Socialista que confiaram para o executar.

Depois de passada com inegável êxito a dura prova da presidência portuguesa da União Europeia, António Guterres, neste momento, não tem limitações à sua capacidade de coordenação no sentido de dar um novo impulso ao Governo e ao PS. «Um impulso capaz de os fazer ter êxito naquilo que é indiscutivelmente o novo ciclo da vida nacional». Um novo ciclo em que reconheceu dificuldades acrescidas, mas também em relação ao qual apontou novos caminhos e novas soluções. Este novo ciclo passa por «uma estratégia mais clara, uma direcção mais firme, uma coordenação mais eficaz e uma comunicação mais esclarecedora. Contem inteiramente comigo para assumir plenamente as responsabilidades de coordenação do Governo e do PS, afirmou peremptoriamente Guterres no comício de Esposende.

Ainda neste capítulo, António Guterres deixou em aberto a possibilidade de, quando o entender, promover uma reorganização do Governo para «enfrentar novos desafios, novas responsabilidades ou novos problemas». Mas deixou um sério aviso às exigências remodeladoras das oposições: «Não contem comigo para sujeitar camaradas nossos, que eu próprio escolhi, a situações lesivas da sua dignidade pessoal e política».



RECORDAR ANTÓNIO SÉRGIO

Por ocasião do 99º aniversário do seu nascimento António Sérgio era recordado nas páginas do «Acção Socialista» de 2 de Setembro de 1982.

«Passa amanhã o 99º aniversário do nascimento de António Sérgio, o grande pedagogo, ensaísta, jornalista, historiador, sociólogo, político, filósofo e impulsor do cooperativismo no nosso país, de cujo pensamento os socialistas muito justamente se reclamam», lia-se no órgão oficial do PS, partido de militantes, do punho e da bandeira vermelha.

Ministro da Instrução durante dois meses, em 1923, o autor dos «Ensaio» tornou-se com o advento da ditadura salazarista, activo opositor do regime, o que lhe valeu o exílio em Paris e Madrid, prisões da PIDE e a censura implacável.

Em Paris, António Sérgio criou, com Afonso Costa e outros democratas, a Liga de Defesa da República.

Morreu em 12 de Fevereiro de 1969, em Lisboa, quando já se encontrava retirado da vida política.

Aquando do seu funeral as forças policiais ao serviço do regime totalitário carregaram violentamente sobre os democratas que lhe prestavam uma última homenagem.

Mesmo morto António Sérgio continuava a ser incómodo para os esbirros do salazarismo.

J. C. C. B.

2 de Setembro

Quem disse?

«O cooperativismo é o único processo pelo qual se realiza, de maneira completa, o ideal de emancipação dos trabalhadores pelo esforço dos próprios trabalhadores»

António Sérgio



Parlamento Fim das férias de Verão

Os trabalhos parlamentares regressaram, no dia 5, à Assembleia da República, após as férias de Verão, com a realização de uma reunião da Comissão Permanente e de uma conferência de líderes de bancada.

A conferência de líderes reuniu-se na manhã de terça-feira para decidir sobre os agendamentos para o início da sessão legislativa, que oficialmente começa a 15 de Setembro (sexta-feira).

A Comissão Permanente – o órgão que substitui o plenário no período das férias parlamentares – reuniu-se à tarde para

preparar o início da sessão legislativa. Na reunião da Comissão Permanente – uma espécie de plenário reduzido – houve um período dedicado a declarações políticas.

A Assembleia da República retoma os trabalhos a 12 de Setembro para uma sessão solene de boas vindas aos Reis de Espanha, que se encontrarão nesse período em visita oficial a Portugal.

A segunda sessão legislativa da VII Legislatura só começa, contudo, no dia 15 de Setembro, de acordo com a Constituição.

INE

Produção agrícola aumentou 14 por cento

O Instituto Nacional de Estatísticas (INE) revelou, no dia 1, que a produção agrícola em Portugal aumentou 14,2 por cento para 1,2 mil milhões de contos em 1999 face ao ano anterior.

O contributo da agricultura para a riqueza criada no País em 1999, medido pelo valor acrescentado líquido a custo de factores, subiu 16 por cento para 695,4 milhões de contos, de acordo com o anuário de estatísticas agrícolas referente ao ano passado. O instituto justifica a evolução favorável da actividade agrícola com o forte acréscimo na produção vegetal, que aumentou 25 por cento para 719,6 milhões de contos, beneficiando de condições climáticas favoráveis.

Entre os produtos classificados na área dos

vegetais, destaque para o vinho com uma subida de 122,4 por cento para uma produção de 197,5 milhões de contos.

Os vegetais e hortícolas contribuíram com 177,1 milhões de contos (175,1 milhões de contos em 1998), os frutos com 133,3 milhões de contos (108,7) e os cereais com 85 milhões.

Em sentido contrário evoluiu a produção de azeite que baixou de 17,7 por cento para 20,6 milhões de contos.

A produção animal contribuiu com 441,4 milhões de contos para a produção total agrícola, mantendo-se praticamente inalterada em relação a 1998 (441,8 milhões), enquanto os serviços agrícolas se ficaram pelos 34,9 milhões de contos (30,4 milhões de contos no ano anterior).

Migração ilegal Portugal e Canadá aliados no combate

Portugal e o Canadá celebraram, no dia 4, em Lisboa, um acordo de combate à migração ilegal que consagra uma cooperação na área policial e judicial, bem como na formação de especialistas e troca de informações.

O acordo, celebrado entre o ministro da Administração Interna, Fernando Gomes, e a ministra da Cidadania e Imigração do Canadá, Elinor Caplan, prevê a realização de todas as acções necessárias para impedir a imigração ilegal através dos seus respectivos territórios, investigando e acionando judicialmente aqueles que procedem ao tráfico de seres humanos. Nesta área estão incluídos todas as pessoas envolvidas na importação, fabrico ou venda de falsa documentação de imigração ou de identidade, assim como os organizadores de redes de imigração ilegal e os acompanhantes de imigrantes ilegais.

O protocolo de cooperação abrange também a troca de informações entre as autoridades dos dois países sobre actividades de migração ilegal e tráfico de



seres humanos.

De acordo com o ordenamento jurídico interno de ambas as partes, e no caso de Portugal também com o ordenamento jurídico da União Europeia sobre protecção de dados, cada um dos países irá apoiar o outro na administração e execução das suas respectivas leis e em qualquer investigação legal daí decorrente, fornecendo, quando solicitado, informações sobre pessoas sobre as quais existam fortes suspeitas de que se encontrem a violar a legislação sobre imigração.

PS PREPARADO PARA USAR A ESPADA CONTRA A IRRACIONALIDADE DA OPOSIÇÃO

O primeiro-ministro deixou em Esposende um sério aviso às forças da oposição, caso se unam para impedir a aprovação do Orçamento de Estado de 2001. Se as oposições optarem por uma lógica de irracionalidade, levando o País a viver vários meses de duodécimos, o PS não se deixará encostar à parede e escolherá a espada. Irá à luta em defesa de uma subordinação da política à ética e à moral, mas também em nome da preservação de um Governo com forte consciência social. No primeiro comício após as férias do Verão, o secretário-geral do PS também fez alusão ao começo de um novo ciclo na vida nacional. Um novo ciclo em que reconheceu dificuldades acrescidas, mas também em relação ao qual apontou novos caminhos e novas soluções. António Guterres assumiu as responsabilidades por alguns erros ou omissões que possam ter sido cometidos pelo Executivo, mas demonstrou como o País está hoje bem melhor nos mais importantes domínios quando comparado com o Portugal dos tempos de Cavaco Silva.



Logo na parte inicial da sua intervenção, o camarada António Guterres não fugiu à identificação das dificuldades conjunturais que se colocam no presente a Portugal, mas também teceu duras críticas à ausência de responsabilidade política por parte das principais forças da oposição. Perante milhares de socialistas que se deslocaram a Esposende, o secretário-geral do partido lamentou que a única preocupação das oposições passa pela sua eventual subida nas sondagens em termos de popularidade. «Nunca usei bodes expiatórios para me libertar das minhas próprias responsabilidades em política», afirmou António Guterres, reconhecendo que, no último ano, o País, o Governo e o PS enfrentaram algumas dificuldades acrescidas. Dificuldades que, frisou, «foram causadas em grande parte por circunstâncias que inteiramente escaparam ao controlo do Governo. Também devemos ter a humildade de reconhecer alguns erros e omissões. Mas quero aqui dizer-vos que assumo inteiramente a responsabilidade desses erros e dessas omissões».

No entanto, como garantiu o líder do Partido, neste momento, não tem limitações à sua capacidade de coordenação no sentido de dar um novo impulso ao Governo e ao PS. «Um impulso capaz de os fazer ter êxito naquilo que é indiscutivelmente o novo ciclo da vida

nacional», disse, especificando depois que esse novo ciclo passa por «uma estratégia mais clara, uma direcção mais firme, uma coordenação mais eficaz e uma comunicação mais esclarecedora. Contem inteiramente comigo para assumir plenamente as responsabilidades de coordenação do Governo e do PS». Ainda neste capítulo, António Guterres deixou em aberto a possibilidade de, quando o entender, promover uma reorganização do Governo para enfrentar «novos desafios, novas responsabilidades ou novos problemas». Mas deixou um sério aviso às oposições: «Não contem comigo para sujeitar camaradas nossos, que eu próprio escolhi, a situações lesivas da sua dignidade pessoal e política».

Na perspectiva do primeiro-ministro, neste novo ciclo exigem-se igualmente novas respostas por parte do PS. «Mas, com a mesma humildade que assumo erros, também quero dizer-vos que tenho orgulho neste Governo do PS e que tenho orgulho que esse Governo esteja a deixar uma marca socialista. Governado por conta própria e não em nome de outros interesses e de outros valores», disse.

Para o efeito, recordou a pesada herança que recebeu de Cavaco Silva, em 1995. «É bom lembrar que o País que encontramos em 1995 era descrente e zangado consigo próprio. E é também bom lembrar que Portugal viveu uma recessão grave em 1992 e que Portugal, no período entre 1991

e 1995, cresceu menos no plano económico do que a média da União Europeia, não por falta de recursos, mas porque o desemprego se tinha tornado no mais grave problema que então preocupava os portugueses.»

Governo enfrenta as dificuldades

Na segunda parte da sua intervenção, o primeiro-ministro referiu que o último ano foi no plano político marcado pela questão de Timor-Leste, pelas eleições legislativas, pela presidência portuguesa da União Europeia, mas também por uma redução da margem de manobra da economia portuguesa, resultado directo do preço do petróleo, do valor do dólar e pela subida das taxas de juro decretadas pelo Banco Central Europeu. «O PS e o Governo poderiam lavar as mãos e transmitir a ideia de que nenhuma das dificuldades existe por nossa culpa. Mas não é essa a nossa atitude», frisou António Guterres. Pelo contrário, «a nossa atitude é preocuparmos com o efeito que estas circunstâncias têm em muitas famílias portuguesas. E preocupamo-nos com as dificuldades que isso cria ao próprio Estado Português, que ficou mais pobre e que tem menos recursos para acorrer às necessidades sociais», salientou o chefe do Governo.

Porém, António Guterres também aludiu aos inúmeros progressos registados nos

últimos cinco anos, designadamente no capítulo do emprego. «Hoje estamos muito perto do pleno emprego», disse, antes de sublinhar a necessidade de o País enfrentar a aposta na qualificação das pessoas, tendo em vista uma melhoria da produtividade das empresas e do nível das administrações, ao mesmo tempo em que se terá de intensificar o combate à burocracia e ao nível da simplificação da justiça. «Vamos lutar por um País de modernidade, por um País em que se aposte sério na educação, no conteúdo da inovação dos novos investimentos produtivos, por um País em que a formação ao longo da vida seja um elemento indispensável». Referências foram ainda feitas por António Guterres ao carácter indispensável de uma melhoria geral da competitividade, a progressos em termos de qualidade de vida – daí os programas em curso para a requalificação das cidades – à importância da massificação da Internet. «Quando anunciei no Parlamento as iniciativas no domínio da Internet, a oposição riu-se. Devo dizer-vos que é triste ver um País em que a oposição se ri daquilo que é hoje considerado em todo o mundo como o factor crucial para que os povos possam dar um salto, para se modernizarem e competirem em condições cada vez mais exigentes. Esse salto só é possível se nós formos capazes de, nos próximos anos, generalizarmos de forma

Continua na página seguinte

Continuação

sistemática à administração pública, a todas as escolas, a todas as empresas e progressivamente a todas as famílias o acesso a computadores», salientou o líder do PS.

Maior justiça fiscal

António Guterres aproveitou também para reflectir sobre a forma como se poderá deixar uma marca socialista num mundo marcado por uma crescente competitividade e complexidade. «Sejam claros, só há uma maneira de o fazer: no momento em que não é possível fazer crescer a despesa pública com os sectores sociais ao ritmo que desejávamos – e como o fizemos no passado –, a marca socialista tem de ser deixada em maior justiça fiscal. O que propomos aos portugueses é muito simples», explicou. «Nos próximos orçamentos de Estado será preciso aprovar medidas que indispensáveis para que aqueles que não pagam impostos – e podem pagá-los – os passem a pagar. Assim, as classes médias e os trabalhadores por conta de outrem poderão ser aliviados do esforço que têm feito».

O novo ciclo que agora começa, de acordo com António Guterres, exige uma nova cultura de responsabilidade, em primeiro lugar «a mim próprio, ao Governo e ao PS. Mas também uma nova cultura de responsabilidade no Estado, nas empresas, nas escolas e em cada cidadão. Por isso, este Governo lançou novos exames nas escolas e também por isso vamos intensificar as campanhas contra as fraudes nas baixas por doença, no desemprego ou no Rendimento Mínimo Garantido. Temos de ser um País em que todos nos habituemos a ver respeitados os nossos direitos e a cumprir os nossos deveres como cidadãos», reafirmou o secretário-geral do PS.

Além do tema do combate à fraude, o primeiro-ministro pretendeu igualmente deixar uma mensagem de esperança a todos os portugueses que se sentem inseguros com a criminalidade. «Eu próprio e o Governo estamos empenhados em dar resposta ao fenómeno da insegurança». Como afirmou António Guterres, «muitos portugueses pedem – e bem – que haja mais polícias nas ruas. Ora, nos últimos cinco anos, foram formados dez mil novos agentes da PSP e da GNR – o que é um recorde absoluto em termos de vida nacional. «Estivéssemos nós a formar agentes da PSP e da GNR ao ritmo que o faziam os governos do PSD e teríamos hoje uma situação calamitosa com as forças policiais, com quadros muito limitados e muito envelhecidos totalmente incapazes de responder às enormes dificuldades que os problemas de segurança põem ao Estado moderno», sustentou.

Críticas de António Guterres foram também dirigidas à demagogia dos partidos da direita em matéria de segurança, sobretudo o PP. O secretário-geral do PS contrapôs então que importa lutar contra o crime «em nome de valores humanistas. Não entremos na demagogia de pôr todos os valores em causa e de apelar aos instintos básicos das pessoas. Nós sentimos o problema da insegurança, nós estamos a



dar-lhe resposta e procuraremos cada vez mais dar resposta aos problemas da segurança, mas não exploremos demagogicamente para fins eleitorais instintos básicos, cujas propostas violam a tradição humanista de um País. Um País que se orgulha de ter sido o primeiro a abolir a pena de morte», declarou.

Demagogia na Segurança Social

Outro exemplo de demagogia por parte dos partidos da direita – primeiro o CDS-PP, que depois levou a reboque o PSD – passou-se com a discussão da revisão da Lei de Bases da Segurança Social. Como observou o primeiro-ministro, caso sejam analisadas todas as propostas do CDS-PP, «mas que o PSD lá vai acompanhando», resumem-se a pedidos de aumentos extraordinários de pensões para todos os pensionistas, ao mesmo tempo em que propõe a redução das receitas do sistema público de Segurança Social. Se as propostas do CDS-PP fossem aprovadas, «aconteceria que todos aqueles que têm hoje 30, 40 e 50 anos, que descontaram

10, 20, 30 anos para a Segurança Social veriam um dia ameaçadas as suas próprias pensões de reforma». Mas o ataque de António Guterres não ficou por aqui, lembrando que «é fácil fazer demagogia com os idosos. Gostaria muito de ver quais eram as propostas em matéria de Segurança Social do PSD e do PP se eles estivessem no Governo. Provavelmente os reformados e pensionistas estariam hoje a receber bem menos do que recebem com um Governo do Partido Socialista».

Perante este tipo de actuação dos partidos da direita, António Guterres perguntou às forças da oposição de esquerda se estão dispostas a colaborar com a direita a derrubar o Governo e a abrir uma crise política, ou se, pelo contrário, pretendem assumir as suas responsabilidades que o eleitorado lhes confiou. Ou seja, sublinhou, «importa saber se a oposição de esquerda está disponível para viabilizar o próximo Orçamento de Estado, cuja proposta essencial passa por uma vasta reforma ao nível dos impostos directos, em particular do IRS». Segundo Guterres, «aprovar o Orçamento de Estado de 2001 vai assim permitir a uma família, que tem um filho e

que tem um rendimento colectável de 290 contos por mês, pague menos 22 por cento, poupando 59 contos a partir desse orçamento».

Depois de referir outros exemplos em que existirá um claro desagravamento fiscal, António Guterres deixou o aviso de que, sem orçamento, qualquer Governo fica sem condições para governar. «Ora, acontece que em 2001 há eleições para a Presidência da República e se ocorrer um crise política e na ausência de outra maioria na Assembleia da República é difícil conceber outra solução que não seja a dissolução do Parlamento em Março, a realização de eleições legislativas em Maio e a formação de um novo Governo em Junho», disse. Ou seja, como concluiu António Guterres, «se houver um crise política, o País viverá de duodécimos grande parte do tempo. E um País que viva de duodécimos representa a maior perturbação possível em termos de finanças públicas, adiam-se indefinidamente os aumentos da Função Pública, assim como as receitas para os investimentos das autarquias locais».

Governo deseja estabilidade

A parte final do discurso do secretário-geral do PS foi destinada a apelar ao sentido de responsabilidade das oposições, tendo em vista evitar que se abra uma crise política no País. No entanto, António Guterres também transmitiu uma mensagem de firmeza, de quem não teme ir para o combate político. «Eu próprio, o Governo e o PS demos provas de defendermos a estabilidade durante cinco anos, com cinco orçamentos de Estado em que procurámos sempre evitar qualquer crise. Sempre fizemos todas as diligências necessárias no diálogo e no compromisso, sem abdicar dos nossos valores, para que fosse possível, com o contributo das oposições, ter orçamentos aprovados e ver a vida do País normalizada no plano político, social e económico», recordou António Guterres. Para o debate do Orçamento de Estado de 2001, António Guterres assumiu estar de novo disposto a tomar idêntica atitude de diálogo, tendo como único limite os seus próprios princípios e os valores fundamentais. «O PS não quer crises. O PS quer estabilidade, quer governar durante quatro anos, como os portugueses assim desejaram nas últimas eleições», sublinhou ainda o primeiro-ministro.

A finalizar, ficou então uma séria advertência às oposições. «Cuidado, não corram o risco da irracionalidade. Não tentem colocar-me entre a espada e a parede, porque digo com toda a serenidade – e essas coisas ditas com serenidade têm outra força –, se quiserem colocar-me entre a espada e a parede. Então ver-me-ei obrigado a escolher a espada. A espada em torno da qual procurarei unir todos aqueles que acham que a política tem que se subordinar à ética e não pode ser um jogo de interesses, de demagogias, ou de populismo. A espada dos que entendem que a consciência social é uma componente indispensável na vida política e económica de um País», concluiu o secretário-geral do PS.



PELO PAÍS

Governação Aberta

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O ministro da Administração Interna, Fernando Gomes, entregou, no dia 2, material humanitário no valor de 764 mil contos a várias corporações de bombeiros da Região Norte.

A entrega do equipamento está incluída no plano de modernização dos bombeiros portugueses, que abrange para este ano investimentos na ordem dos 2,73 milhões de contos.



A cerimónia de entrega do equipamento, que inclui auto-escadas, material de desencarceramento e pronto-socorro, ambulâncias e auto-tanques, decorreu no edifício da Alfândega do Porto, no Museu dos Transportes e Comunicações, onde Fernando Gomes esteve acompanhado do secretário de Estado, Manuel Diogo.

A entrega de equipamento, que inclui um total de 25 novas viaturas, beneficiará 24 corporações de bombeiros de vários concelhos de todo o Norte.

CIÊNCIA

Visitar locais que permitam compreender a formação da Terra é o objectivo do Programa Geologia no Verão, cuja terceira edição foi assinalada, no dia 31 de Agosto, pelo ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, com uma descida à mina do Moinho (Aljustrel).



Segundo Mariano Gago, «a maioria das acções do programa é constituída por passeios acompanhados por geólogos a

regiões importantes para a compreensão das etapas por que passou a formação da Terra».

O governante salientou a importância das acções de divulgação que integram o projecto, realçando a importância da documentação preparada pelos geólogos para apoio das visitas, como aconteceu em Aljustrel.

A escolha da mina do Moinho como local para assinalar a terceira edição do Programa Geologia no Verão «prende-se com a sua vertente histórica e a importância da actividade mineira», explicou Mariano Gago. «O programa Geologia no Verão insere-se na ideia de aproximar a ciência às pessoas», continuou, acrescentando que por terem mais tempo livre, esta é a altura do ano indicada para os cidadãos serem motivados para uma aprendizagem nestas áreas.

DESPORTO

O ministro adjunto e da Administração Interna garantiu na passada sexta-feira, que a preparação para o Euro-2004 de futebol decorre segundo o cronograma apresentado e os dois últimos estádios, Braga e Faro/Loulé, ficarão prontos no final de Setembro de 2003.

Fernando Gomes, que detém a pasta do Desporto, aproveitou a cerimónia de assinatura do contrato para elaboração do projecto de remodelação e ampliação do Estádio Municipal de Coimbra para criticar «algumas declarações que têm sido feitas em nada condizentes com a realidade dos factos».

Na sua perspectiva, o facto de, em uma semana, se ter realizado esta cerimónia em Coimbra e outra no Algarve – e de o Boavista e o Vitória de Guimarães terem já começado as obras nos seus estádios, o primeiro ainda antes da decisão da UEFA e o segundo com o rebaixamento do recinto e criação de condições para as obras complementares – vem demonstrar que tudo decorre como previsto.

Por isso, o governante considera que «gratuitamente pôr em causa o desenvolvimento deste projecto com argumentações falaciosas» de que Portugal está atrasado e a Espanha pode tomar o Euro 2004 «não é mais do que fazer afirmações aligeiradas, sem conteúdo». «Estamos muito a tempo. O desenvolvimento dos projectos e todo o conjunto de legislação estão a decorrer de acordo com a proposta que Portugal fez à UEFA e a contratualização com as câmaras (municipais)», assegurou.

ECONOMIA

O crescimento da economia portuguesa «não será inferior às previsões mais optimistas», sustentou, quinta-feira, Pina Moura, que toma como sinal disso a evolução da receita fiscal e das contribuições para a Segurança Social. O ministro da Economia e das Finanças, que falava no final do Conselho de Ministros, frisou que as receitas do IVA, IRS e IRC «estão a crescer a valores muito superiores» à expansão nominal da economia, lembrando que «todas as

previsões» para este ano apontavam para uma taxa «igual ou superior a 3 por cento». O ministro especificou que as receitas do IVA estão a crescer a 11 por cento face ao ano passado, as do IRS a 10 por cento e as do IRC a 7,3 por cento. As contribuições para a Segurança Social aumentaram já entre 8 e 9 por cento.



Esses valores não resultam apenas da maior eficácia da máquina fiscal, mas de um efectivo crescimento económico, sustentou Pina Moura.

Quanto à proposta de Orçamento de Estado para 2001, o governante sublinhou que haverá um «grande rigor» em matéria de despesa pública, «desaggravamento fiscal» das classes médias, dos empregados por conta de outrem e das empresas e, ainda, um estímulo do investimento público.

No que toca ao crescimento salarial dos trabalhadores, Pina Moura disse que «a linha de rumo» para o próximo será a mesma dos anos anteriores: aumentos reais, mas moderados.

EDUCAÇÃO

A secretária de Estado da Educação revelou, no dia 1, em Coimbra, que 50 por cento dos agrupamentos de escolas da Região Centro já se encontram constituídos.

Ana Benavente falava aos jornalistas, na sede da Direcção Regional de Educação do Centro (DREC), após uma reunião integrada na preparação do ano lectivo em que participaram, também, o secretário de Estado da Administração Educativa, Augusto Santos Silva, e outros responsáveis regionais do Ministério da Educação.

«Sempre dissemos que não queríamos pressas na criação dos agrupamentos», disse Ana Benavente, admitindo que este é um «processo lento» que deverá «traduzir-se em projectos educativos de continuidade» a nível local.

Referiu que «situações diversas» determinam o arrastamento da constituição dos agrupamentos de escolas nos diferentes concelhos.

A secretária de Estado garantiu que as aulas arrancam entre 11 e 18 de Setembro na maioria das escolas da Região Centro, à semelhança do que acontece no resto

do País.

Aludiu a «apenas algumas excepções», de estabelecimentos sujeitos a obras e de escolas secundárias que são sede de agrupamento de exames, que deverão entrar em funcionamento entre os dias 19 e 21.

Por seu turno, Augusto Santos Silva disse que, em 2001, o orçamento do Ministério da Educação «vai crescer acima dos valores da inflação».

O governante sublinhou que também «o orçamento das escolas sobe em relação a este ano».

PRESIDÊNCIA

O aumento dos prazos de pagamento dos créditos à habitação, aprovado em Conselho de Ministros, poderá ser superior a 30 anos, afirmou quinta-feira o ministro da Presidência, Jorge Coelho.



Segundo Jorge Coelho e o ministro das Finanças, Pina Moura, a definição dos prazos resultará da «livre negociação» entre os bancos e os clientes. Contudo haverá uma indicação para a banca pública que não foi quantificada.

Pina Moura adiantou que as novas taxas de referência do crédito bonificado indexado à Euribor a seis meses (com um valor mínimo de 6,6 por cento) implicam um custo adicional de cinco milhões de contos até ao final do ano aos cofres do Estado.

Em 2001, e porque as taxas de referência serão fixadas todos os semestres a partir de 1 de Janeiro e 1 de Julho de cada ano em 1,5 por cento acima da Euribor praticada no primeiro dia do mês anterior a cada semestre, prevê-se um acréscimo de 20 milhões de contos.

O diploma estabelece ainda que os utilizadores do crédito bonificado à habitação, que pretendam vender as suas casas ou amortizar a dívida menos de cinco anos após a sua obtenção, tenham de devolver as bonificações acrescidas de 10 por cento (excepto em casos de morte ou perda de emprego).

No caso de haver «falsas declarações relevantes» que demonstrem haver um uso indevido do crédito bonificado, os mutuários terão de devolver as bonificações indevidas mais 25 por cento desse valor.

CONSELHO DE MINISTROS **Reunião de 27 de Julho**

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que aprova o Programa de Acção para a entrada em vigor da reforma do direito de menores;
- Uma proposta de lei que aprova o regime penal especial para jovens entre 16 e 21 anos
- Um decreto-lei que aprova o Regulamento da Lei do Serviço Militar;
- Um decreto-lei que aprova o Regulamento dos Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV);
- Um decreto-lei que aprova a reestruturação da Portugal Telecom SA;
- Uma resolução que autoriza a Partest - Participações do Estado SGPS, SA, a alienar uma quantidade de acções da EDP - Electricidade de Portugal SA;
- Um decreto-lei que define o regime contra-ordenacional aplicável à realização de espectáculos tauromáquicos com touros de morte;
- Uma resolução que aprova a «Iniciativa Internet» e adopta o respectivo Plano de Acção;
- Um decreto-lei que estabelece o enquadramento institucional da actividade do Governo em matéria de Sociedade de Informação;
- Um decreto-lei que cria o Conselho Técnico de Credenciação como estrutura de apoio ao Instituto das Tecnologias da Informação na Justiça no exercício das funções de autoridade credenciadora de entidades certificadoras de assinaturas digitais;
- Um decreto regulamentar que regulamenta o decreto-lei que estabelece a equiparação entre factura emitida em suporte papel e a factura electrónica;
- Um decreto-lei que regulamenta a lei n.º 4/84, de 5 de Abril, sobre a protecção da maternidade e da paternidade, no que se refere à protecção de trabalhadores abrangidos pelo regime do contrato individual de trabalho, incluindo os trabalhadores agrícolas e do serviço doméstico;
- Uma resolução que determina o concorrente vencedor do concurso público no processo de reprivatização da Driflta SA;
- Uma resolução que determina que o Instituto Português da Droga e da Toxicodependência elabore e apresente ao Governo, no prazo de três meses, uma proposta de Plano de Acção Nacional Contra a Droga e a Toxicodependência;
- Um decreto-lei que regulamenta a Lei de Bases Gerais da Caça;
- Um decreto-lei que define o quadro legal do exercício da pesca marítima dirigida a espécies animais e vegetais com fins lúdicos;
- Um diploma que altera o decreto-lei que aprova o regime jurídico do licenciamento e fiscalização das unidades de saúde privadas que desenvolvem actividades de radiodiagnóstico, de radioterapia e de medicina nuclear;
- Um diploma que altera o decreto-lei que aprova o regime jurídico de licenciamento das unidades privadas de diálise;
- Um decreto-lei que regula a autorização de introdução no mercado, o fabrico, a importação e exportação, a distribuição, a cedência a título gratuito, a detenção ou posse e a utilização de medicamentos veterinários imunológicos, transpondo para a ordem jurídica nacional disposições comunitárias;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna, apenas no que aos sistemas de pagamento diz respeito, a directiva comunitária relativa ao carácter definitivo da liquidação nos sistemas de pagamento;
- Um decreto-lei que cria, no ordenamento de carreiras da administração local, a carreira de assistente de acção educativa e estabelece regras para a contratação de pessoal para o exercício de funções de auxiliar de acção educativa;
- Um proposta de lei que aprova, para ratificação, o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, aberto à assinatura em Roma, em 17 de Julho de 1998;
- Uma proposta de resolução que aprova o acordo entre a República Portuguesa e a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China sobre a Promoção e a Protecção Recíproca de Investimentos;
- Um proposta de resolução que aprova o acordo entre a República Portuguesa e a República da Hungria sobre readmissão de pessoas em situação irregular assinado em Lisboa a 28 de Janeiro de 2000;
- Uma resolução que declara de interesse público o uso privativo dos terrenos afectos à construção do posto de seccionamento do Prior Velho e da galeria de interligação entre esse Posto e a Subestação de Sacavém que integram a Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica, delimitados nas plantas anexas à presente Resolução, e aprova a minuta do contrato de concessão de uso privativo a celebrar entre o Estado e a REN - Rede Eléctrica Nacional, SA;
- Uma resolução que designa oito representantes efectivos e outros tantos suplentes no Conselho Económico e Social.

CONSELHO DE MINISTROS **Reunião de 10 de Agosto**

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um projecto de decreto-lei que regulamenta a lei n.º 120/99, de 11 de Agosto, sobre garantias do direito à saúde reprodutiva e as condições de promoção da educação sexual e de acesso dos jovens a cuidados de saúde no âmbito da sexualidade e do planeamento familiar;
- Um projecto de decreto regulamentar que regula os apoios a conceder às acções a financiar pelo Fundo Social Europeu, designadamente, no âmbito da formação profissional, da inserção no mercado de trabalho e dos apoios ao emprego;
- Uma concessão de tolerância de ponto no dia 14 do corrente mês de Agosto aos funcionários e agentes do Estado e demais entidades públicas;
- Um projecto de decreto-lei que cria o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros;
- Uma resolução que cria uma Comissão Interministerial com o objectivo de assegurar a coordenação, acompanhamento e avaliação, a nível global dos investimentos públicos a efectuar com infra-estruturas e equipamentos complementares e de apoio, no âmbito da realização da fase final do Campeonato Europeu de Futebol de 2004;

- Um projecto de decreto-lei que constitui a sociedade Bragança Polis SA, Sociedade de Requalificação Ambiental e Urbana de Bragança, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos;
- Um projecto de decreto-lei que adopta medidas de combate à brucelose e altera as normas relativas à classificação sanitária dos efectivos bovinos, ovinos e caprinos e à classificação de áreas;
- Um projecto de decreto-lei que prorroga até 31 de Dezembro de 2001 os períodos de instalação da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova e da Escola Superior de Tecnologia, Gestão, Arte e Design das Caldas da Rainha;
- Um projecto de decreto-lei que cria uma aplicação informática de tratamento de dados pessoais a funcionar na Inspeção-Geral das Actividades Económicas, denominada Gestigae;
- Um projecto de decreto-lei que atribui à Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica a competência para a aplicação das multas previstas no decreto-lei n.º 90/86, de 9 de Maio (uniformiza a legislação sobre a etiquetagem e marcação de produtos têxteis em conformidade com a exigência da CEE);
- Um projecto de decreto regulamentar que fixa a estrutura das remunerações base das carreiras e categorias com designações específicas existentes no Ministério do Planeamento, aplicando o decreto-lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, revisto pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;
- Um projecto de decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna as directivas comunitárias relativas à limitação da colocação no mercado e da utilização de algumas substâncias e preparações perigosas;
- Um projecto de decreto-lei que procede a uma revalorização das escalas indicíarias das carreiras do pessoal das embarcações salva-vidas do Instituto de Socorros a Náufragos;
- Uma resolução que ratifica parcialmente uma alteração ao Plano Director Municipal de Anadia;
- Um projecto de decreto-lei que autoriza o Governo a adjudicar à Imoarea - Sociedade Imobiliária, SA, a concessão da exploração da zona de jogo de Tróia, sem precedência de concurso público e estabelece as condições dessa concessão;
- Um projecto de decreto-lei que prevê a transferência para o Estado de 85 por cento dos saldos de gerência acumulados da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários e altera o Estatuto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pormenor das Zonas ZUE-V e ZUR-X do Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pormenor da Zona da Quinta da Torre e da Quinta da Granja (ZUE-Y e ZUE-J do Plano de Urbanização de Castelo Branco);
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pormenor da Zona ZUE-W (Quinta do Bosque) do Plano de Urbanização de Castelo Branco.

CONSELHO DE MINISTROS **Reunião de 24 de Agosto**

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que aprova a nova Lei Orgânica do Serviço Nacional de Bombeiros;
- Um decreto-lei que cria os Centros de Coordenação de Socorros a nível nacional e distrital;
- Um decreto-lei que reformula o Conselho Nacional dos Bombeiros;
- Um decreto-lei que procede à revisão dos benefícios consagrados no Estatuto Social do Bombeiro, no sentido do alargamento e melhoria do conjunto dos direitos e regalias sociais do bombeiro;
- Um decreto-lei que aprova o Regulamento Geral dos Corpos de Bombeiros;
- Uma resolução que incumba as Direcções Regionais de Agricultura de elaborar os planos regionais de ordenamento florestal;
- Uma resolução que cria uma linha de financiamento das acessibilidades ao Euro 2004;
- Um decreto-lei que aprova a estrutura orgânica e define as atribuições do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- Um decreto-lei que adapta à administração local o regime especial de trabalho a tempo parcial para os funcionários de nomeação definitiva com mais de 55 anos de idade, bem como o regime que introduz a semana de trabalho de quatro dias;
- Um decreto-lei que cria a Comissão de Gestão do Teatro Nacional D. Maria II;
- Uma minuta do Acordo de Reequilíbrio Financeiro (Global Fra) a celebrar entre o Estado e a Lusoponte - Concessionária para a Travessia do Tejo;
- Um decreto-lei que aprova o novo Regulamento do Sistema Tarifário dos Portos do Continente;
- Um diploma que altera o decreto-lei que aprovou o regulamento sobre construção e modificação das embarcações de pesca de comprimento entre perpendiculares inferior a 12 metros;
- Um diploma que altera para 1 de Janeiro de 2001, a entrada em vigor do decreto-lei n.º 83/2000, de 11 de Maio, que aprova o novo regime legal da concessão e emissão dos passaportes;
- Um diploma que altera o n.º 1 do artigo 2º do decreto-lei que comparticipa, em determinados períodos do dia, o custo das portagens em toda a rede de auto-estradas concedidas à Brisa SA, aplicáveis a veículos de passageiros e mercadorias que integram as classes 3 e 4 de portagem e que sejam utentes do serviço Via Verde;
- Um decreto-lei que aprova a lei orgânica do ICEP Portugal - Investimento, Comércio e Turismo;
- Um decreto-lei que aprova o Regulamento da Homologação dos Tractores Agrícolas e Florestais de Rodas e transpõe para o direito interno várias directivas referentes à homologação dos tractores agrícolas e florestais de rodas;
- Um decreto-lei que aprova o Regulamento da Homologação dos Dispositivos de Iluminação e Sinalização Luminosa dos Automóveis e seus Reboques, transpondo para o direito interno várias directivas da Comissão;
- Um decreto-lei que aprova o regulamento das emissões de dióxido de carbono e consumo de combustível dos automóveis;
- Um decreto-lei que fixa os limites ao teor de enxofre de certos tipos de combustíveis líquidos derivados do petróleo, transpondo para o direito interno a respectiva directiva comunitária;
- Um decreto-lei que aprova os Estatutos do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 31 de Agosto

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um diploma que altera o decreto-lei que estabelece o regime jurídico da concessão de crédito à aquisição, construção e realização de obras em habitação própria permanente, secundária ou para arrendamento;
- Um decreto-lei que aprova a quinta fase do processo de privatização do capital social da Portugal Telecom SA;
- Um decreto-lei que cria o sistema multimunicipal de saneamento do Grande Porto para recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios de Amarante, Arouca, Baião, Cabeceiras de Basto, Cinfães, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Marco de Canaveses, Matosinhos, Mondim de Basto, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Porto e Vila Nova de Paiva;
- Um decreto-lei que transpõe para o ordenamento jurídico interno a directiva comunitária que altera, especialmente em relação aos créditos hipotecários, a directiva relativa a um rácio de solvabilidade das instituições de crédito;
- Um decreto-lei que transpõe para o ordenamento jurídico interno a directiva comunitária que alterou o artigo 12.º da directiva 77/780/CEE, relativa ao acesso à actividade das instituições de crédito e ao seu exercício, bem como diversos artigos da Directiva 89/647/CEE do Conselho, relativa ao rácio de solvabilidade das instituições de crédito e, ainda, o artigo 2º e o anexo II da Directiva 93/6/CEE, relativa à adequação dos fundos próprios das empresas de investimento e das instituições de crédito e altera os artigos 81º e 82º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras;
- Uma resolução que delega nos ministros da Administração Interna e da Justiça a competência para determinar a conservação da nacionalidade portuguesa ou concedê-la a indivíduo ou indivíduos nascidos em território ultramarino que tenham estado sob administração portuguesa e respectivos cônjuges, viúvos ou descendentes, nos termos do artigo 5º do decreto-lei n.º 308-A/75, de 24 de Junho;
- Um decreto-lei que autoriza a APS – Administração do Porto de Sines SA, a concessionar a prestação do serviço público de reboque e de amarração de navios que carreguem, descarreguem ou transportem mercadorias perigosas a granel no porto de Sines;
- Um decreto-lei que adopta o método oficial de análise a utilizar na determinação do teor de amido por polarimetria, nos alimentos para animais, transpondo para a ordem jurídica nacional a respectiva directiva comunitária;
- Uma resolução que ratifica a revisão do Plano de Urbanização de Sever do Vouga;
- Uma resolução que ratifica uma alteração ao Plano Director Municipal de Elvas;
- Uma resolução que aprova a aquisição de um imóvel sito em Lisboa na rua de Santa Marta, números 55 a 59, destinado a servir de sede ao Instituto de Conservação da Natureza.

DESTAQUE – CM

Grande Porto

SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE SANEAMENTO

O Governo do PS deu luz verde, na reunião de Conselho de Ministros de quinta-feira, dia 31 de Agosto, ao diploma que cria o sistema multimunicipal de saneamento do Grande Porto. A infra-estrutura visará a recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios de Amarante, Arouca, Baião, Cabeceiras de Basto, Cinfães, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Marco de Canaveses, Matosinhos, Mondim de Basto, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Porto e Vila Nova de Paiva. A criação deste sistema multimunicipal pretende melhorar os níveis de atendimento em drenagem e tratamento de águas residuais, urbanas e industriais, na área dos concelhos abrangidos, permitindo assim uma sensível melhoria na qualidade das águas do troço final do rio Douro, através do tratamento dos efluentes que drenam

quer directamente para este curso de água, quer para os rios Paiva e Tâmega, seus afluentes. O exclusivo da exploração e gestão do sistema multimunicipal será adjudicado, em regime de concessão, por um prazo de 30 anos, a uma sociedade anónima, em que o IPE – Águas de Portugal, sociedade gestora de participações sociais, SA, detenha, pelo menos, 51 por cento do capital social com direito a voto, e tendo como accionistas, também, os municípios de Amarante, Arouca, Baião, Cabeceiras de Basto, Castelo de Paiva, Castro d'Aire, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Marco de Canaveses, Matosinhos, Mondim de Basto, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Porto e Vila Nova de Paiva, na parte de capital social com direito a voto que, pelos mesmos, vier a ser subscrita.

DESTAQUE – CM

Telecomunicações

PRIVATIZAÇÃO DA PT: APROVADA QUINTA FASE

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 31 de Agosto, a quinta fase do processo de privatização do capital social da Portugal Telecom, SA (PT). A operação concretizar-se-á mediante uma oferta pública de venda (OPV) no mercado nacional e uma venda directa a um conjunto de instituições financeiras, nacionais e estrangeiras, as quais ficarão obrigadas a proceder à subsequente dispersão das acções, podendo incluir, ainda, um aumento do capital social da PT. Na OPV serão constituídas duas reservas: uma para trabalhadores da PT, pequenos subscritores e emigrantes (as acções serão oferecidas em condições especiais de aquisição, designadamente de preço e de prazo de pagamento); a outra, ao preço do público em geral, para obrigacionistas da PT, considerando-se, para estes efeitos, apenas as entidades que fossem titulares de, pelo menos, cem obrigações – de emissões admitidas à cotação no mercado de cotações oficiais da Bolsa de Valores de Lisboa – em 31 de Dezembro de 1999 e que mantenham a referida titularidade até ao termo da OPV. As acções não abrangidas por estas duas reservas serão oferecidas ao público em geral. Os trabalhadores, pequenos subscritores e emigrantes que, voluntariamente, mantenham a titularidade das acções adquiridas no âmbito da respectiva reserva durante o prazo de um ano contado da data de realização da sessão especial de bolsa receberão, após verificada a manutenção em carteira, poderão adquirir acções na proporção que venha a ser fixada pelo Conselho de Ministros. Outro lote de acções será objecto de uma venda directa. As instituições financeiras



adquirentes ficarão obrigadas a dispersar as acções, em Portugal e em mercados internacionais. A Partest - Participações do Estado, SGPS, SA, procederá à alienação da totalidade das acções a privatizar, incluindo as acções a atribuir como compensação pela detenção por um ano das acções adquiridas por pequenos subscritores, trabalhadores e emigrantes no âmbito da respectiva reserva. As acções privatizadas serão admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Lisboa. Admite-se, ainda, que no âmbito da quinta fase de privatização os accionistas da PT deliberem um aumento do capital da empresa, por novas entradas em dinheiro. Caso o mesmo seja realizado sem supressão dos direitos de preferência dos accionistas, prevê-se a possibilidade de o Estado e a Partest procederem à alienação dos direitos de preferência inerentes às acções de que sejam titulares, nas condições a fixar ulteriormente pelo Conselho de Ministros, mediante resolução.

DESTAQUE – CM

Habitação

ESTADO APOIA FAMÍLIAS ENDIVIDADAS

O Executivo socialista aprovou na generalidade, ficando a aguardar o termo do prazo de pronúncia dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, um diploma que altera o decreto que estabelece o regime jurídico da concessão de crédito à aquisição, construção e realização de obras em habitação própria permanente, secundária ou para arrendamento. A decisão foi tomada no passado dia 31 de Agosto, durante a reunião de Conselho de Ministros. O diploma visa introduzir maior simplicidade e clarificação legislativa no

regime vigente, essencialmente através da eliminação de restrições anteriormente impostas, bem como do desaparecimento, para os novos contratos que envolvam crédito bonificado, de algumas das opções que, sendo previstas no antigo sistema, geravam custos administrativos que não eram compensados pela sua eventual capacidade redistributiva. O decreto-lei em causa cria a possibilidade de, através de portaria, se fixar a taxa de referência do crédito bonificado à Euribor a seis meses, por forma a que o apoio do Estado varie em função das taxas da Euribor e reverta integralmente para as famílias.

LIGAÇÕES NORTE/SUL DE PORTUGAL SÃO PRIORIDADE

A conclusão dos eixos rodoviário e ferroviário entre o Norte e Sul de Portugal é uma das prioridades do Programa Operacional «Acessibilidades e Transportes», afirmou no dia 31 de Agosto a Comissão Europeia.

O programa, que tem como objectivo a integração das vias estruturantes do território português na rede europeia de transportes, prevê um investimento total de 675 milhões de contos, incluindo a conclusão das vias rodoviária e ferroviária que ligam as fronteiras Norte e Sul de Portugal pelo litoral (Porto-Lisboa-Faro).

Na mesma linha da acção, enquadram-se as principais ligações entre os centros urbanos do litoral e a fronteira terrestre ocidental (corredor Guarda-Lisboa-Porto) e a eliminação dos estrangulamentos nas infra-estruturas portuárias e aeroportuárias. Previsto está ainda o financiamento das estruturas rodoviárias que ligam o Norte e Sul do País pelo interior e o Alentejo à fronteira com Espanha.

«Tendo em conta a localização de Portugal em relação aos principais mercados europeus, a existência de boas ligações com as redes europeias de transporte é tão essencial como a de uma rede interna eficaz que beneficie o crescimento de todas as regiões portuguesas», referiu o comissário europeu responsável pela Política Regional, Michel Barnier.



Ação prioritária será ainda a melhoria das acessibilidades aos portos e entre as pequenas cidades e as principais estradas, bem como uma integração eficaz entre os diferentes meios de transporte.

O programa acentua também a necessidade de substituir os automóveis por outros meios no acesso às cidades, melhorando as linhas regionais ferroviárias. Entre as medidas previstas, figura igualmente a melhoria das estradas do interior e da qualidade e eficácia dos transportes, através nomeadamente da criação de sistemas de monitorização dos efeitos sobre o ambiente e de prevenção contra os acidentes.

Os 675 milhões de contos de investimentos previstos no Programa Operacional «Acessibilidades e Transportes» serão financiados em 278 milhões pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), em 337 milhões pelo orçamento português e em 59 milhões pelo sector privado.

Além da promoção de um sistema de transportes «seguro e sustentável» que permita o aumento da produtividade e da competitividade das empresas portuguesas, assim como a sua integração no mercado global, o programa tem ainda como objectivos a melhoria da qualidade de vida nas zonas urbanas e o reforço da coesão interna entre as regiões portuguesas.

GOVERNO SPD/VERDES LANÇA LINHA TELEFÓNICA ESPECIAL CONTRA EXTREMA-DIREITA

O Governo vermelho-verde da Alemanha, chefiado pelo social-democrata Gerad Schroeder, multiplica-se em iniciativas para combater o racismo e a xenofobia.

Foi pois neste contexto que o Governo alemão abriu no dia 31 de Agosto uma linha telefónica especial destinada a receber as chamadas denunciando actos de violência da extrema-direita, anunciou o ministro do Interior, Otto Schily.

A linha será gerida pelos guardas fronteiriços - o único corpo policial federal na Alemanha - que irão centralizar as chamadas relativas a actos de violência nas estações e nos comboios, precisou o ministro.

Schily preconiza o alargamento das competências dos guardas fronteiriços, o que lhes permitirá intervir mais facilmente em complemento com as polícias



regionais.

Os guardas fronteiriços alemães são habitualmente mobilizados em casos de incidentes graves que perturbem a ordem pública.

A Alemanha está actualmente a reflectir nos meios para combater a violência da extrema direita, na sequência de uma série de ataques racistas, por vezes mortais, e de um atentado à bomba ainda não esclarecido que feriu 10 estrangeiros, seis dos quais de confissão judaica, a 27 de Julho em Dusseldórfia.

MAIOR RACIONALIZAÇÃO DOS MEIOS DIPLOMÁTICOS DA UNIÃO

«A União Europeia deve dotar-se, conforme recomenda este relatório, de mais e melhores elementos de diplomacia comum e de uma mais adequada racionalização do que já existe», defendeu a eurodeputada socialista Maria Carrilho no dia 4, numa intervenção no plenário de Estrasburgo. Maria Carrilho, que falava durante a discussão do relatório sobre a criação de uma «Diplomacia Comum Europeia», do qual é relatora-sombra, salientou que «a riqueza e diversidade da experiência diplomática dos vários países europeus é também mundialmente reconhecida». Onde, acrescentou, «a importância que, desde o início, atribuímos ao envolvimento das instituições e dos serviços ministeriais e dos especialistas que, nos diferentes Estados-membros, se ocupam da

formação e treino dos diplomatas».

Para a eurodeputada socialista, «seria errado supor que qualquer das propostas contidas neste relatório poderá prejudicar processos em curso no plano da PESC, em geral, ou no domínio da diplomacia, em particular».

Segundo sublinhou, o espírito do relatório «vai no sentido de valorizar todas as experiências válidas e processos em curso, na direcção de um objectivo que é o de criar um "serviços diplomático comum"».

Maria Carrilho considerou que este documento assume uma considerável importância no actual contexto da União Europeia, uma vez que se traduz numa «solução que contribuirá para uma maior racionalização dos meios diplomáticos de que dispõe a União. J. C. CASTELO BRANCO

NOVA IORQUE

Cimeira do Milénio

MAIS DE 150 CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO PRESENTES

Com a presença de mais de 150 Chefes de Estado e de Governo iniciou-se ontem, quarta-feira, a Cimeira do Milénio.

Os preparativos finais para a Cimeira do Milénio deram-se no dia 5 de manhã quando soou o Sino da Paz numa cerimónia realizada no edifício da ONU.

A meio da tarde, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, inaugurou a 55ª sessão da Assembleia Geral, este ano intitulada Assembleia do Milénio, que como é habitual se prolonga por várias semanas.

«As Nações Unidas no Século XXI» é o tema oficial da cimeira e o secretário-geral, Kofi Annan, preparou um relatório baseado em cinco audiências regionais em que foram ouvidos os pontos de vista da sociedade civil e de líderes políticos de várias regiões do mundo.

O relatório, intitulado «O Papel das Nações Unidas no Século XXI», desenvolve os pontos de vista de Annan sobre como deverá actuar a ONU na era da globalização.

Globalização e pobreza

«Os elementos-chave do relatório são a necessidade de se tornar o processo de



globalização mais real, criando nomeadamente mais oportunidades para todos e não deixando que milhares de milhões de pessoas permaneçam na pobreza e excluídas do processo», disse um porta-voz da ONU.

A anteceder a cimeira, realizaram-se várias reuniões incluindo uma cimeira de líderes religiosos, uma reunião de dirigentes dos parlamentos do mundo e ainda uma reunião de representantes de Organizações Não-Governamentais que operam através do mundo em colaboração com as Nações Unidas.

Participam na cimeira 106 presidentes, 46 chefes de Governo, quatro vice-presidentes, quatro vice-primeiros-ministros, 17 ministros e cinco «chefes de delegação».

Apenas três países não enviarão qualquer tipo de representação à Cimeira: Jugoslávia, Somália e Kiribati.

Portugal faz-se representar pelo primeiro-ministro António Guterres, Moçambique, Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe pelos respectivos presidentes.

O Brasil será representado pelo vice-presidente, enquanto a Guiné-Bissau decidiu não se fazer representar a nível de governo.

Guterres reuniu-se com Ehud Barak

O primeiro-ministro português, António Guterres, chegou segunda-feira à tarde a Nova Iorque e iniciou de imediato um programa de contactos bilaterais avistando-se durante pouco mais de uma hora com o seu homólogo israelita Ehud Barak.

Guterres, que se encontra em Nova Iorque para participar na Cimeira do Milénio das Nações Unidas, avistou-se com Barak para, segundo fontes diplomáticas portuguesas, avaliar as perspectivas de paz no Médio Oriente e o possível papel da União Europeia (UE) nesse processo.

Afirmando após o encontro que «a situação permanece complexa», o chefe do Governo português recusou-se a dizer se ficou mais optimista quanto à possibilidade de um acordo de paz entre o Governo de Israel e os palestinianos. Considerou depois ser necessário existir um «espírito de transigência mútua» sem o qual, assegurou, uma solução de paz não é possível.

«É essencial que ambas as partes encontrem uma solução mutuamente aceitável para Jerusalém, sem a qual todo o resto do edifício da paz ruirá», disse.



O primeiro-ministro português admitiu, no entanto, que neste momento o processo de paz do Médio Oriente parece estar «bloqueado» e considerou importante que Portugal compreenda que é do interesse da segurança nacional que haja uma

acordo de paz no Médio Oriente.

«A Argélia está bem perto de Portugal e o fundamentalismo deste país é alimentado pelo não encerrar deste conflito», referiu.

«Um acordo criará condições para que no Mediterrâneo Ocidental bem perto de nós,

onde os nossos interesses de segurança estão directamente afectados, possa haver condições de estabilidade», acrescentou.

O encontro dos dois chefes de Governo durou mais que o previsto e decorreu num hotel cujo andares superiores foram ocupados não só pela comitiva do primeiro-ministro israelita como pelo seu numeroso e aparatoso sistema de segurança.

Antes do encontro com Barak e falando sobre a Cimeira do Milénio, Guterres disse que apesar da globalização das economias e dos mercados ainda não há garantias de paz e de segurança no Mundo.

Regular a globalização

«Vivemos num mundo que não é ainda capaz de regular essa globalização, o que gera a pobreza e injustiças», disse.

O primeiro-ministro português disse haver uma agenda para a cimeira com «reformas que permitam governar este processo de globalização das economias e mercados de modo a que possa servir a todos».

CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO PARA OS EFEITOS DO ÁLCOOL NA CONDUÇÃO

O secretário de Estado da Administração Interna, Luís Patrão, lançou, no dia 1, em Campo Maior, uma nova acção no âmbito da campanha de sensibilização para os efeitos do álcool na condução. Esta campanha centra-se na distribuição de 100 milhões de saquetas de açúcar, com mensagens alusivas à segurança rodoviária e apelos ao combate à condução sob os efeitos do álcool.

As referidas saquetas são produzidas e distribuídas pela empresa dos Cafés Delta, sem quaisquer encargos para o Estado. Dada a importância que a influência do álcool apresenta como factor de risco na ocorrência dos acidentes rodoviários, foi introduzido este ano no PISER – Plano Integrado de Segurança Rodoviária '2000 um novo projecto designado «Álcool na condução», no qual esta matéria é abordada multidisciplinarmente, quer através da realização de estudos de natureza estatística, médico-legal e jurídicos em colaboração com as



universidades portuguesas, quer por intermédio de campanhas de sensibilização da opinião pública, com um

investimento global estimado em 200 mil contos. Inserido nesta mesma campanha foi

instalada de uma rede de painéis ao longo das principais vias do sistema rodoviário nacional contendo idênticas mensagens de combate à condução sob o efeito do álcool. Além disso, e neste domínio, ao longo deste Verão, já foram distribuídos 1,2 milhões de folhetos informativos em colaboração com a APED – Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição, Brisa Auto-Estradas de Portugal e ANRET – Associação Nacional de Regiões de Turismo, respectivamente nos hipermercados e supermercados, nas portagens das auto-estradas e nos postos de turismo.

Desta campanha, integrada num conjunto de acções promovidas pelo Ministério da Administração Interna – Direcção-Geral de Viação, constam ainda a aquisição de alcoolímetros para reforçar a capacidade de intervenção das forças de segurança e a distribuição de 200 mil alcoolímetros de bolso, para autocontrolo dos automobilistas, para a qual está já assegurado o patrocínio da Brisa.

MAIS 12 LOJAS DO CIDADÃO E MILIONÉSIMO UTENTE NO PORTO

É uma aposta ganha. As lojas do cidadão têm sido um êxito a todos os níveis, no âmbito de uma política que coloca as pessoas em primeiro lugar.

Os cidadãos têm a sua vida mais facilitada. A experiência alarga-se a vários pontos do País.

O Governo deverá lançar mais cinco lojas do cidadão em 2002, depois das sete que já estão garantidas, anunciou no dia 1 de Setembro, no Porto, o secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa, Alexandre Rosa.

O governante falava numa visita à Loja do Cidadão da Cidade Invicta no dia do seu aniversário, que coincidiu com o milionésimo atendimento de utentes (a de Lisboa deverá atingir em breve os dois milhões).

O governante referiu que as lojas do cidadão de Aveiro e Viseu vão abrir até ao final de 2000 e no próximo ano serão lançadas as de Braga, Leiria, Setúbal, Coimbra e Lisboa (segunda loja), algumas delas para abrir ainda em 2001.

Prosseguindo o objectivo de ter lojas do cidadão em todas as capitais de distrito, o Governo espera ter capacidade para lançar em 2002 mais cinco, mas o plano ainda não está definido, desconhecendo-se se irá



incluir uma segunda loja na Área Metropolitana do Porto.

Extensões em todas as aldeias

Alexandre Rosa referiu-se ainda ao «objectivo ideal» do Governo de criação de extensões da Loja do Cidadão «em todas as aldeias do país», através da colocação de uma pessoa e um computador ligado em rede nas estações e postos dos CTT.

Os primeiros postos de atendimento ao cidadão vão abrir em regime experimental em Vila Franca de Xira e na Moita e dois meses mais tarde em nove concelhos do interior.

APOIO DOMICILIÁRIO PARA 80 MIL PESSOAS ATÉ 2003

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade vai aumentar para 80 mil o número de idosos em apoio domiciliário até 2003. Esta decisão representa um financiamento, só para esse ano, de 17,8 milhões de contos.

O alargamento do número de idosos apoiados na sua residência é uma prioridade para o ministério, que defende a postura de que «devem prestar-se respostas que permitam às pessoas manterem-se na sua residência».

Com o objectivo de «melhorar a qualidade» assistencial, nomeadamente a prestada pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), a tutela prepara igualmente um plano de formação específica que deverá abranger 80 por cento dos funcionários destas instituições até 2003.

Presentemente encontram-se em apoio domiciliário cerca de 50 mil pessoas, mais dez mil do que em 1999, pagando o Estado às IPSS 28 642 escudos por cada idoso a quem é fornecida alimentação e assegurada a higiene pessoal, limpeza da casa e tratamento de roupas.

Para o próximo ano, e de acordo com o segundo aditamento ao protocolo de cooperação assinado em 1999 entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade e a União das IPSS, o valor sobe para 33 204

escudos, para atingir os 44 632 escudos em 2003.

Caso o apoio prestado vá para além dos dias úteis semanais ou do horário normal, este valor pode aumentar cerca de 50 por cento.

Embora algumas IPSS considerem o apoio estatal baixo comparativamente aos gastos reais que o apoio domiciliário implica – nomeadamente o funcionamento das estruturas que permitem preparar as refeições ou o tratamento das roupas –, o gabinete do secretário de Estado adjunto do ministro do Trabalho e da Solidariedade, Rui Cunha, argumenta que tal crítica «não pode ser feita de ânimo leve».

«Os valores de apoio são negociados com as instituições, depois de avaliados os custos no terreno, e os montantes são razoáveis».

No conjunto das entidades portuguesas que prestam apoio domiciliário, o grosso das respostas provém das IPSS, misericórdias e mutualidades, sendo o apoio directamente prestado por instituições públicas «residual». Esta é uma opção que a tutela assume, na medida em que defende que este tipo de resposta deve provir da sociedade civil, reservando-se para o Estado o apoio técnico e financeiro das instituições, «em função das necessidades de cada situação e local concreto».

2006: MEDICINA/SAÚDE E ARTES NA MIRA

O ministro da Educação assegurou na passada segunda-feira, dia 4, no Porto que as áreas da medicina/saúde e das artes são prioritárias em Portugal, até 2006.

«Está a ser feito um investimento muito significativo na área do ensino da medicina», disse Guilherme d'Oliveira Martins, referindo o aumento do número de vagas (30 por cento) e a criação de duas novas escolas na Universidade do Minho e da Beira Interior. O governante falava aos jornalistas no final da sessão de abertura da Conferência Anual de Escolas Médicas da Europa, que decorreu no Porto com a participação de cerca de duas centenas de professores de 65 faculdades europeias.

A Conferência Anual da Associação de Escolas Médicas da Europa foi organizada pela Faculdade de Medicina do Porto (FMP) e constituiu «um instrumento de discussão, avaliação e génese de propostas conducentes à mais adequada educação médica para a formação dos profissionais da sociedade contemporânea».

No encontro estiveram em análise temas de grande actualidade, com destaque para três áreas distintas: educação, investigação e gestão.

A avaliação do ensino e da selecção dos candidatos aos cursos de medicina foi um dos temas em discussão.

Na segunda sessão da conferência teve objectivo abordou-se uma das situações candentes na área da medicina e da investigação biomédica: a «transferência de conhecimento da investigação universitária para a indústria - política de investigação europeia».

A última sessão foi subordinada ao tema «resultados e experiências dos programas europeus de intercâmbio de estudantes e de docentes das faculdades de medicina».



Em discussão esteve ainda a organização de um currículo nuclear comum aos cursos de medicina das faculdades europeias.

Vagas no ensino superior particular e cooperativo

Entretanto, o gabinete de Oliveira Martins anunciou que para o ano lectivo de 2000-2001 foi aprovada a abertura de 32 783 vagas, em 503 pares estabelecimento/cursos do ensino superior particular e cooperativo.

Este valor corresponde a uma redução de cerca de 23 por cento em relação às vagas fixadas para 1999-2000, mas é superior em 66 por cento em relação ao número de alunos inscritos pela primeira vez no primeiro ano neste ano lectivo.

As vagas foram fixadas com base nas propostas dos estabelecimentos de ensino superior, adoptando critérios que procuram assegurar a existência de condições para um ensino de qualidade:

Foi, pois, ponderada a dimensão do estabelecimento resultante da evolução da oferta e da procura; e considerados, como

previsto na lei, os relatórios da Inspeção-Geral da Educação; a avaliação elaborada pelo Grupo de Missão para o Ensino Superior Particular e Cooperativo e as eventuais infracções cometidas em relação ao Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo

Mais crianças no pré-escolar

Quanto ao nível pré-escolar de ensino, foram avançadas informações pelo Ministério da Educação que dão conta da dinamização em curso no sector.

Assim, verificou-se um alargamento da sua cobertura no território nacional com novos jardins de infância, aumentando significativamente a frequência de crianças entre os três e os cinco anos de idade.

De 1994/1995 até 1999/2000 o alargamento da rede beneficiou mais 46 460 crianças, o que representa um crescimento global na ordem dos 26,9 por cento e um crescimento médio anual de 4,9 por cento.

Entre 1998/1999 e 1999/2000, mais 11 mil crianças passaram a beneficiar de educação pré-escolar. Nos mesmos anos, a taxa de cobertura no Continente passou de 65 para 7 por cento.

Enquanto primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, o pré-escolar tem como objectivos, entre outros, promover o desenvolvimento pessoal e social da criança; fomentar a sua inserção em grupos sociais diversos; despertar a curiosidade e o pensamento crítico; contribuir para a igualdade de oportunidades e, ainda, incentivar a participação das famílias no processo educativo.

Todas as crianças com idades compreendidas entre os três e os cinco anos podem e devem frequentar este nível de ensino, uma vez que, conforme se tem verificado, a frequência de um jardim de

infância é, sem dúvida, um contributo para o sucesso escolar, pois quando a criança chega à escola já ouviu e contou histórias, fez «leitura» do mundo à sua volta, viu livros, teve contacto com a escrita, comparou, identificou e classificou objectos, observou, pesquisou, expressou sentimentos e emoções, aprendeu a trabalhar sozinha e em grupo, desenvolveu a auto-estima e o desejo de aprender.

Tudo isto contribui para uma melhor compreensão do mundo que a rodeia e facilitar as aprendizagens formais da escola, sendo, assim, um caminho para o sucesso escolar e, mais amplamente, para o sucesso na vida.

Refira-se que a rede pública de educação pré-escolar integra os estabelecimentos a funcionar na dependência da Administração Central e Local.

Por seu turno, a rede privada integra todos os estabelecimentos de educação pré-escolar que funcionem em estabelecimentos do ensino particular e cooperativo e em instituições particulares de solidariedade social, misericórdias, mutualidades ou outros estabelecimentos integrados na rede social.

A expansão da rede nacional, assegurando a frequência deste nível de educação por todas as crianças de cinco anos e de 75 por cento das crianças de três e quatro anos e a melhoria da qualidade dos estabelecimentos de educação pré-escolar é um dos grandes objectivos da política governamental para o sector.

Outra das metas a atingir é a de alargar a rede de educação pré-escolar a mais 46 mil crianças no período 2000-2006, o que corresponde a cerca de mais 1800 salas e respectivo apetrechamento. Em consequência, o Executivo socialista prevê um aumento de 1900 lugares de educadores de infância.

PINA MOURA COMPARA OE POR DUODÉCIMOS À SAÍDA DE PORTUGAL DO EURO

Pina Moura comparou no dia 1 de Setembro as declarações da dirigente laranja Manuela Ferreira Leite, segundo as quais não seria uma calamidade o país viver oito ou nove meses em regime de duodécimos, à sugestão de saída do euro do seu colega laranja Tavares Moreira.

«As declarações da dra. Manuela Ferreira Leite são de uma gravidade e irresponsabilidade a que não estava habituado desde que o dr. Tavares Moreira propôs a saída de Portugal do euro para equilibrar as contas externas», disse o ministro das Finanças e da Economia. A antiga ministra da Educação de um

Governo de Cavaco Silva, alvo na altura de uma das maiores contestações estudantis de que há memória, afirmou em conferência de Imprensa que «um orçamento por duodécimos em vigor por oito ou nove meses não é uma calamidade».

Segundo o ministro, Manuela Ferreira Leite «está mais preocupada com os interesses do PSD do que com as pessoas».

O regime de duodécimos impediria o aumento dos funcionários públicos e das pensões de reforma, garantiu o ministro. Acrescentou que a execução do III QCA também seria afectada.

O Estado não poderia assumir as suas

responsabilidades com as empresas de obras públicas ou fornecedoras do Ministério da Saúde, exemplificou.

Irresponsabilidade laranja

Por cumprir ficariam também as responsabilidades assumidas na passada quinta-feira com a bonificação dos juros no crédito à habitação.

De acordo com Pina Moura, embora a nova taxa de referência para a compra de casa bonificada entre em vigor no dia 1 de Outubro, o Estado só terá de pagar à banca a bonificação dos juros relativas ao último

trimestre de 2000 no início de 2001.

Sobre o alargamento do prazo dos empréstimos à habitação, cuja eficácia a dirigente laranja desvalorizou, o ministro das Finanças e da Economia disse que o Governo vai alterar a lei actual no sentido de permitir a celebração de contratos superiores a 30 anos.

Enquanto representante do accionista Estado, o ministério vai dar uma orientação à Caixa Geral de Depósitos no sentido de celebrar contratos por períodos superiores a 30 anos, revelou Pina Moura.

Relativamente à banca privada, o ministro disse que a partir de agora será livre de o fazer se quiser.



Abrantes

Novas pavimentações no concelho

O município de Abrantes deu mais um passo importante para a continuação da remodelação da rede viária do concelho. A rede viária tem sido alvo de constante e elevado investimento por parte da autarquia sempre com a preocupação de melhorar as condições de circulação rodoviária e a segurança das pessoas que circulam nestas artérias.



Neste sentido, o Executivo camarário deliberou, no passado dia 28 de Agosto, lançar mais um conjunto de empreitadas visando dar continuidade a este trabalho. Assim, entre outras, vamos encontrar a empreitada da obra de pavimentação do Bairro São José Operário e Rua General Godinho, em Rossio ao Sul do Tejo.

Cascais

V Torneio de Futebol Sénior

O município de Cascais organizou a 5ª edição do Torneio de Futebol Sénior – Taça de Cascais, que decorreu de 26 de Agosto a 3 de Setembro, envolvendo mais de 450 atletas e dirigentes de 11 clubes do concelho que dinamizam equipas de futebol não profissional participantes nas competições regionais da Associação de Futebol de Lisboa e do Inatel.



Fafe

Câmara edita agenda social

A autarquia de Fafe acaba de editar uma agenda social destinada a divulgar amplamente as acções e programas do sector social da autarquia e das entidades que intervêm nesta área no município.



José Ribeiro, presidente da Câmara, acredita que a agenda social vai resultar num «útil instrumento criado pela Câmara para dar a devida visibilidade ao trabalho realizado pela autarquia nesta área, constituindo e igual modo um espaço privilegiado de divulgação do trabalho das entidades que operam no concelho no campo social».

Lisboa

Festival de Cinema Gay e Lésbico

Realizou-se na passada terça-feira, na sala do arquivo dos Paços do Concelho, uma conferência de Imprensa de apresentação da 4ª edição do Festival de Cinema Gay e Lésbico.

Estiveram presentes o presidente da Câmara, João Soares, e a vereadora Maria Calado, bem como os responsáveis deste festival.

Monchique

Obras da estrada entre Alferce e S. Marcos da Serra

Numa recente visita ao Algarve, o ministro do Equipamento, Jorge Coelho, deslocou-se a Monchique para proceder à assinatura do acordo de colaboração para as obras de beneficiação da EN 267 entre Alferce e S. Marcos da Serra.

A gestão da obra, com investimento estimado em um milhão e meio de contos e cujo concurso público internacional está a decorrer, encontra-se a cargo da Câmara Municipal de Monchique.

Penha de França

Projecto «Casa para Toda a Vida»

A Penha de França é uma das cinco juntas

de freguesia da capital que participam no arranque do projecto camarário «Casa para Toda a Vida».

Trata-se de uma iniciativa de largo alcance social que tem por objectivo central apoiar a permanência de pessoas idosas nas suas habitações criando condições de segurança e conforto.

Santo Tirso

Férias Escolares 2000

A Câmara Municipal de Santo Tirso, através do seu pelouro da Educação, promoveu, uma vez mais, o programa «Férias Escolares» destinado, principalmente, a crianças e jovens cujos percursos escolares ou familiares têm sido difíceis face ao insucesso escolar, ao abandono escolar, ao trabalho infantil, às famílias de risco e beneficiárias do Rendimento Mínimo Garantido.



O programa de férias incluiu diversas actividades lúdicas e recreativas e decorreu em dois períodos distintos: um de 17 a 28 de Julho e outro de 31 de Julho a 11 de Agosto.

Sintra

Geminação com Havana

A vila de Sintra e a cidade cubana Havana celebraram recentemente um acordo de geminação, na Quinta da Regaleira, «tendo em conta as similitudes ancestrais entre os dois municípios, patentes nos respectivos centros históricos».

O documento foi assinado pela presidente da Câmara de Sintra, Edite Estrela, e o presidente da Assembleia Municipal do Poder Popular de Havana Velha, Luís Gonzaléz Ricardo, e desta geminação «nascerá um programa de colaboração mútua», disse a autarca.

Este programa prevê o desenvolvimento de acções conjuntas em áreas relacionadas com a saúde, educação, arte, música, dança e desporto.

Será igualmente promovido o intercâmbio cultural, com o objectivo do desenvolvimento social das populações de ambos os municípios, através de deslocações recíprocas de artistas, organização de exposições, difusão de livros, periódicos e outras publicações e

ainda permuta de documentação e informação não confidencial.

«É de referir que, tal como Sintra, Havana Velha foi declarada pela UNESCO como Património Mundial em 1982. Trata-se de uma oportunidade de estreitar as relações e a troca de experiências entre as localidades classificadas», referiu Edite Estrela.



Segundo a presidente da Câmara de Sintra, «este acordo vem alargar as relações internacionais da vila com países latino-americanos, herdeiros da cultura ibérica».

A autarca adiantou ainda que para celebrar a geminação «o palácio da Assunção, em Belas, irá albergar um bar cubano».

De acordo com o documento, a autarquia de Sintra suportará as despesas relativas às acções de natureza sociocultural que «sejam consideradas de interesse municipal».

A gestão deste acordo competirá a uma comissão coordenadora, com carácter permanente, que reunirá, não mais do que uma vez por ano, alternadamente em Sintra e em Havana Velha, sendo válido por um ano.

A parte velha da cidade de Havana foi declarada pela UNESCO Património Mundial em 1982, depois de um longo processo de restauração de edifícios, que durou cerca de 20 anos.

A maior parte dos edifícios classificados – palácios, igrejas, castelos e monumentos revolucionários – foram transformados em museus.

Contudo, as obras de renovação não se estenderam à zona residencial e cerca de 300 edifícios desmoronam todos os anos.

Geminação não é com o regime

A presidente da Câmara de Sintra, Edite Estrela, assegurou que a geminação da vila com Havana Velha, em Cuba, «é feita entre povos e não entre regimes».

«O que importa são os povos», disse Edite Estrela durante a cerimónia de assinatura do protocolo de geminação, na Quinta da Regaleira, Sintra, acrescentando que «o mundo sente, cada vez mais, a importância de haver um envolvimento de toda a gente para que a democracia se vá alargando». Presente esteve também o secretário de Estado do Turismo, Vítor Neto, que salientou a importância que o Governo «tem dado às geminações como forma de reforçar as relações entre os povos».

AÇORES

Comunicado da Com. Permanente

A Comissão Permanente do PS/Açores, num comunicado, congratulou-se com a atribuição pelo Ministério da Agricultura de 27 mil toneladas como quota de produção de leite aos produtores açorianos, considerando que a decisão do ministério tutelado por Capoulas Santos «é um contributo de importância fundamental para a promoção do equilíbrio entre a quantidade efectivamente produzida pelos agricultores nacionais e a quota nacional, bem como uma resposta positiva às aspirações dos produtores de leite açorianos».

COSTA DE CAPARICA

«A Luta Socialista»

«A Luta Socialista» é o nome do órgão de informação da Secção da Costa de Caparica do PS.

Em Junho saiu mais um número desta publicação que pretende ser um fórum de discussão e debate de ideias entre os militantes desta estrutura, para além de dar a conhecer a intensa actividade desenvolvida por esta estrutura sempre presente nas grandes lutas locais e nacionais.

Na edição de Junho desta publicação, destaque para os artigos dos camaradas Jorge Rocha e António Calado.



LISBOA

PS desafia PSD a definir-se

O porta voz do Partido Socialista, camarada José Junqueiro, desafiou Durão Barroso a definir a sua posição sobre o OE, «depois de conhecer o conjunto de benefícios fiscais e a baixa dos impostos».

O camarada José Junqueiro, que falava na sede nacional do Largo do Rato numa conferência de Imprensa para anunciar a posição do PS sobre as medidas relativas ao crédito bonificado anunciadas no mesmo dia pelo ministro Pina Moura, aproveitou a ocasião para lançar uma série de perguntas ao líder do PSD.

«Depois de conhecer o conjunto de benefícios fiscais e a baixa dos impostos, vai ou não aprovar o OE?», perguntou. O porta-voz do PS questionou também o líder do PSD sobre se «quer ou não um aumento dos combustíveis, ou se será solidário com as famílias portuguesas, mesmo que isso implique perdas nas receitas fiscais?».

José Junqueiro referia-se à política de estabilidade dos preços dos combustíveis seguida pelo Governo, à custa de perdas na receita fiscal do Imposto sobre os produtos petrolíferos.

Relativamente às medidas sobre crédito à habitação, «podemos dizer com tranquilidade que não há crise no país, mas sim na oposição».

Resolver os problemas das famílias portuguesas

«As medidas agora tomadas vêm resolver os problemas das famílias portuguesas, arrasando a teoria de crise do PSD», afirmou o porta-voz socialista.

Segundo as contas de José Junqueiro, a subida da taxa máxima de bonificação de 5,5 por cento para 6,6 por cento, permitirá a uma família poupar, em média, mais de 10 contos por mês nas prestações do crédito à habitação, custando aos cofres do Estado cerca de 5 milhões de contos.

Dirigindo-se a Paulo Portas, Junqueiro desafiou o líder do PP a pedir desculpa aos «Zés» e às «Marias», porque se Portugal não tivesse ingressado no pelotão da frente do euro, os portugueses endividados iriam pagar mais do dobro do que pagam hoje.

O PS reagiu ainda às reuniões entre o líder do PSD, a Confederação dos Agricultores Portugueses (CAP) e a União Geral de Trabalhadores (UGT).

Junqueiro lembrou que a Política Agrícola Comum (PAC), criticada por prejudicar os agricultores portugueses, foi negociada pelo PSD e foi o PS que implementou reformas para melhorar a situação.



Política laboral

Quanto à política laboral, afirmou que, quando o PSD governava, a taxa de desemprego era mais elevada, havia mais salários em atraso e o poder de compra dos trabalhadores era, sem dúvida, mais baixo.

Inquirido sobre a subida da inflação que irá afectar negativamente o poder de compra dos portugueses, o porta-voz socialista limitou-se a citar as palavras do primeiro ministro, António Guterres, sobre o assunto: «Se as previsões da inflação não se cumprirem, iremos compensar as famílias portuguesas por esse facto», assegurou.

SINTRA

«Sintr@s»: fórum de discussão

«Sintr@s» nasceu. É o boletim informativo da JS de Sintra, a JS que «faz e acontece».

De excelente aspecto gráfico, neste primeiro número pode ler-se no editorial: «É com enorme satisfação que nasce, hoje, o Sintr@s, como meio privilegiado de comunicação entre as estruturas da JS em Sintra e os militantes do concelho. Nos dias de hoje em que tudo parece digital, com as suas virtualidades é bom não nos esquecermos de que não é a todos que é facultado o acesso a outras tecnologias. Este será um palco de permanente discussão.»



JS propõe duplicação dos limites de renda dedutíveis à colecta

A Juventude Socialista (JS) propôs no dia 1 de Setembro que o limite de renda dedutível à colecta em sede de IRS seja duplicado para cerca de 180 mil escudos para todos os contribuintes.

Em conferência de Imprensa, para apresentação das propostas de reforma fiscal, a secretária geral da JS, camarada Jamila Madeira, adiantou que aquele limite deverá ser elevado para 200 mil escudos nos casos em que o contribuinte tenha menos de 30 anos e um rendimento total inferior a 4700 contos ao ano.

Para os sujeitos passivos detentores de uma conta Poupança/Habitação, a JS propõe que a redução dos encargos notariais e do registo predial seja alargada aos casos de construção de casa própria, quando actualmente apenas se aplica às aquisições.

Trabalhador-estudante

Em matéria de educação, a Juventude Socialista coloca a tónica dominante na melhoria da situação fiscal do contribuinte que possua o estatuto de trabalhador-estudante.

Defende, assim, que seja elevado, nestes casos, o limite de despesas de educação dedutíveis à colecta em valor equivalente àquele que é permitido ao terceiro descendente em idade escolar.

«Ou seja, um agregado familiar composto por um casal de dois filhos em idade escolar, em que um dos contribuintes usufrua do estatuto trabalhador-estudante, deduz actualmente 103.600 escudos, enquanto, segundo a nossa proposta, poderá deduzir 113.800 escudos», explicou Jamila Madeira.

A possibilidade de o sigilo bancário ser levantado por via de denúncia junto da administração fiscal, com base em sinais exteriores de riqueza e por quem se sinta directamente lesado, é outra das propostas avançadas pela JS.



JUVENTUDE SOCIALISTA

INFRA-ESTRUTURAS

Luís Parreirão

AUTO-ESTRADA LISBOA ALGARVE FALTA UM VERÃO!



Portugal está empenhado num ambicioso programa de construção de auto-estradas.

Todos ficaremos mais perto de todos. Litoral e interior; norte e sul; centros urbanos de média dimensão e grandes metrópoles.

É uma exigência de progresso, de desenvolvimento e de coesão económica mas é também, se não sobretudo, uma exigência de solidariedade nacional.

O país tem, no entanto, uma relação especial, e já algo mitificada com a auto-estrada Lisboa Algarve.

A imensidão da planície alentejana, a ansiedade de chegar ao litoral retemperador, o discurso político de décadas e discussão constante fizeram desta auto-estrada - «A Auto-Estrada».

E há uma razão para isso.

De facto, os estudos prévios e os Estudos de Impacte Ambiental do troço Grândola (Sul) - Via Longitudinal do Algarve foram apresentados em Setembro de 1997.

Após múltiplas vicissitudes, muita e saudável discussão, reformulação de estudos e caracterização rigorosa das regiões atravessadas, foi em Maio de 2000, aprovado todo o traçado da auto-estrada. De posse destas aprovações, de natureza



ambiental, é possível à empresa concessionária - BRISA, SA - assumir compromissos claros com o Estado em matérias de prazos. Foi o que fez! E assim é que a auto-estrada chegará até Aljustrel em Junho de 2001, a Castro Verde em Outubro de 2001 e ao Algarve (Albufeira) em Junho de 2002.

É um investimento de cerca de 100 milhões de contos para 120 km de auto-estrada sendo que neste momento já estão celebrados mais de dez contratos de empreitada num total de 33 milhões de contos.

Este é um projecto que pela sua dimensão e pelo seu significado nos deve mobilizar a

todos. Mas é um projecto que pode ser também, para todos nós, um exemplo.

Um exemplo de cooperação entre vários organismos da Administração Pública e desta com empresas privadas.

Um exemplo de discussão e debate mas sobretudo de equilíbrio. O aprovado é um resultado de equilíbrio entre o objectivo de fazer a auto-estrada e o princípio da preservação dos ecossistemas.

E é assim que para além de várias alterações do próprio traçado da auto-estrada há um conjunto de outras medidas que serão adoptadas e de que destaco: a ampliação de viadutos ou a sua construção onde não estavam previstos; o evitar a descarga de águas pluviais oriundas da plataforma, bem como a obrigatoriedade de descontaminar as escorrências; a monitorização da qualidade de água em ribeiras e nas águas subterrâneas; a reabilitação da rede hidrográfica da Ribeira de Quarteira e a promoção de plantações de azinheiras e sobreiros em compensação das árvores abatidas com a construção.

É assim que, com equilíbrio mas com determinação, queremos ver esta questão resolvida em definitivo. Falta um Verão. Só um!

EDUCAÇÃO

Ana Benavente*

SENTENÇA DO PSD: «REPROVEM-NOS!»



«**R**eprovem-nos!», diz o PSD, sem qualquer outra proposta para a melhoria da qualidade do ensino secundário, pretendendo que a revisão curricular que o Governo elaborou com a participação de todos os parceiros é «facilitista».

Não vislumbro a existência de qualquer facilitismo quando continuamos a consolidar os exames nacionais do ensino secundário, iniciámos a realização de provas aferidas no ensino básico ou quando estamos a proceder a ajustamentos curriculares que visam a modernização e a melhoria da qualidade do sistema educativo. Que fique bem claro: nenhum aluno poderá obter um diploma do ensino secundário com classificação final negativa em qualquer disciplina ou área curricular.

Alguns líderes de opinião pretendem que transitar de ano «cortado» a uma ou duas disciplinas confirma as suas suspeitas, o que já fizeram a respeito da racionalização das cargas horárias, da permeabilidade efectiva entre cursos, do lugar da educação para a cidadania, do referencial horário de 90 minutos para um ensino activo e experimental, das ofertas complementares para quem concluiu o ensino secundário,

da diversificação de percursos de formação tecnológica e, de um modo geral, a respeito de todas as medidas que questionam directamente um modo de organização do ensino e da aprendizagem responsável pelo elevado insucesso no 10º ano (com taxas a rondar os 50 por cento nos cursos tecnológicos), pelas baixas taxas de frequência do ensino secundário e pelos resultados insatisfatórios das classificações obtidas nos exames nacionais.

Em todos os casos, mudanças ainda não concretizadas não podem ser associadas aos maus resultados obtidos no quadro do actual dispositivo curricular - que não criámos e cujas deficiências diagnosticámos e estamos a corrigir.

O problema da transição de ano entronca na questão central de saber em que medida o rigor, a qualidade e a exigência na educação dos jovens se medem pelas taxas de reprovação. E neste ponto temos que reconhecer que o «senso comum» produz uma resposta paradoxal: ofendem-no os sinais de insucesso, mas continua a não saber medir o rigor senão por esse mesmo insucesso.

Nós dizemos: ninguém passa sem saber, mas reprovar não assegura, só por si, a

qualidade da aprendizagem. Muitos outros são os desafios, nomeadamente escolas completas, formação de professores, currículos e avaliação consistentes, novas tecnologias e valorização do ensino experimental.

Por maior que possa ser a surpresa de quem nos lê - o que seguramente não se aplica ao prof. Marcelo Rebelo de Sousa, distinto militante do PSD -, em 1993 o ministro Couto dos Santos assinava o diploma que estabelece o regime de avaliação ainda em vigor, e que dispõe: «Transitam ao ano de escolaridade seguinte os alunos que (...) tenham obtido classificação igual ou superior a 10 valores em todas as disciplinas correspondentes aos cursos e anos frequentados ou em todas menos duas» («DN» nº 338/93).

Aquilo que agora dizemos é que importa que os alunos não acumulem atrasos e possam, nas disciplinas que têm continuidade, superar, no ano seguinte, as dificuldades de aprendizagem com o apoio da escola - o que actualmente não está garantido.

Com efeito, se atentarmos nas restantes disposições do projecto de diploma em causa, verificamos que as disciplinas não são avulso e têm continuidade em dois ou

três anos. E verifica-se, ainda, que a conclusão do ensino secundário depende da aprovação em todas as disciplinas e áreas curriculares, sendo aprovação definida como a obtenção de uma classificação final igual ou superior a 10 valores. Além disso, importa reter que a classificação final de cada disciplina ou área curricular leva em conta as classificações obtidas em cada um dos anos em que a disciplina é leccionada bem como a classificação da prova global ou do exame, incidindo sempre qualquer destas provas nos conhecimentos fundamentais da disciplina.

Tenho tido o cuidado de não antecipar, por precipitadas declarações de intenção, aspectos de detalhe do regime de avaliação, que não caberia desenvolver num diploma que define os princípios orientadores do ensino secundário.

Não é fácil melhorar a qualidade do ensino. É tarefa morosa e colectiva, que em nada beneficia de acusações dispersas e pouco informadas, sobretudo quando os seus autores criticam decisões que tomaram e que nós pretendemos corrigir.

*Secretária de Estado da Educação In «Expresso»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Debates em Abrantes

A autarquia local promove, até ao dia 10, a Semana da Juventude Abrantes'2000. Com esta iniciativa pretende-se dinamizar os tempos livres dos jovens abrantinos com múltiplas actividades desportivas diárias. As noites terão, também, uma componente musical. Assim, não perca, hoje, o concerto com os Plástica, Atomic Bees e Salmo. Amanhã assiste ao espectáculo dos UHF e dos Porquinhos da Ilda. No sábado, dia 9, sobe ao palco Pedro Abrunhosa acompanhado pelos Bandemónio. No domingo, poderá desfrutar dos SOS e de um espectáculo de luz e som.

Ainda no âmbito da Semana da Juventude, decorrerá um ciclo de debates, sempre a partir das 18 horas, sobre «Toxicod dependência - novas regras» (dia 8); «Políticas autárquicas de juventude» (dia 9); e «Ser jovem em Abrantes» (dia 10).

Magia em Albufeira

A Festa do Pescador realiza-se este fim-de-semana, dias 9 e 10, na praia do mesmo nome, incluindo no seu programa de actividades corridas de burros, corridas de sacos, jogos tradicionais, folclore e um recital de fado com Nuno da Câmara Pereira (domingo, às 22 e 30).

No próximo dia 12, no Largo Duarte Pacheco, poderá apreciar sombras chinesas com Joe Marvel, e magia, com Serge & Fatty, a partir das 22 horas.

Viagens em Cascais

A Câmara Municipal é responsável por uma iniciativa inédita no País, o Festival da Viagem, que se realiza durante todo o mês de Setembro e percorre transversalmente diversas áreas de expressão artística, como a música, o teatro, a dança, a fotografia, a literatura e o cinema.

Ao longo do mês, a vila será um imenso cenário onde aos olhos do público a viagem se desdobrará, nos seus múltiplos matizes, em outros tantos horizontes, como actuações da Companhia Portuguesa de Bailado Contemporâneo e do Teatro Novo, no Auditório do Parque Palmela; animação de rua, «A Viagem de Papel», pelo Teatro Multiculturas; «Intimismos», com Rão Kyo, e «Viagem à Casa da Língua», de Bibi Perestrelo, na Capela do Centro Cultural de Cascais; exposições de fotografia de Inácio Ludgero («O Cemitério de Père Lachaise») e de Luís Miguel Rocha («Um Passeio nas Beiras»), conferências proferidas por António Camões Gouveia («A Viagem na Literatura»), Pedro Abrunhosa («A Viagem da Música») e Carlos Brandão Lucas («A Viagem na Literatura») e um concerto de Música Luso-Árabe por Eduardo Ramos, no Espaço Memória dos Exílios; «Mercado do Livro Temático e Barato» - «A Viagem e a Aventura», no Jardim Visconde da Luz; Ciclo de Cinema, no Auditório dos Bombeiros Voluntários do Estoril.

Humor em Coimbra

O espectáculo dos Belle Chase Hotel poderá ser apreciado, hoje, às 22 horas, na Praça 8 de Maio.

A comédia «Professor Chanfrado 2» e a fita de ficção-científica «Space Cowboys» são as sugestões cinematográficas para este mês nas salas do Girassolium.

Feiras em Fafe

O programa de animação de Verão conta, este sábado, às 21 e 30, na Arcada, como a participação do agrupamento musical Face B.

No mesmo local, a partir do dia 9 e até ao dia 17, decorrem a II Feira das Associações do Concelho e a III Mostra de Artesanato de Fafe.

Concertos em Faro

Hoje, os cidadãos farense comemoram mais um dia da cidade. Logo à noite, às 22 horas, a Orquestra Metropolitana de Lisboa, dirigida pelo maestro Miguel Graça Moura, dará um concerto no Auditório do Conservatório Regional.

Para os próximos dias de pena referir o concerto da Banda Filarmónica da Força Aérea Portuguesa (sábado, dia 9, pelas 21 e 45, no Passeio da Doca), o concerto dos Entre Aspas (gravação do cd ao vivo, sábado e domingo), e o IX Grande Prémio Nacional de Atletismo Interbombeiros (manhã de domingo, dia 10, entre Olhão e Faro).

Vídeo em Guimarães

A mostra de pinturas de Ana Maria Godinho encontra-se patente ao público, até ao dia 15, no Posto de Turismo da Praça de São Tiago.

«The Kid» é o filme de Jon Turteltaud, em exibição, a partir de amanhã e até ao dia 14, na sala do Cinema São Mamede. Amanhã, os mais pequeninos poderão ver «Patoaventuras - Robots em fuga», numa sessão de vídeo a decorrer, a partir das 10 e 30, na sala polivalente da Biblioteca Municipal.

Exposição em Lisboa

Henrique Tiago realiza mais uma sedutora exposição de pintura, com o título «Símbolos», que estará patente ao público, até ao dia 11, na Galeria da Biblioteca-Museu República e Resistência.

Artesanato na Lousã

A Sala de Exposições temporárias do Museu Municipal, Professor Álvaro Viana de Lemos, alberga, até ao domingo, dia 10, a mostra de pintura «Artistas Moçambicanos da Cidade da Beira».

A XI Mostra Nacional de Artesanato decorre, a partir de amanhã e durante o fim-de-semana, no Parque Municipal de Exposições.

Mel em Miranda do Corvo

No dia 10, a partir das 22 horas, a Igreja Matriz será palco de um recital de música antiga e de uma interpretação da prática das antigas capelas existentes nos mosteiros, nas catedrais e na corte de Portugal.

Também este domingo, pelas 14 e 30, decorre a IX Feira do Mel, com a participação de vários produtores que expõem os seus produtos no Mercado Municipal.

Gala em Montemor-o-Velho

A Gala de Homenagem a António Pinho de Brojo e a António Portugal realiza-se amanhã, pelas 22 horas, no Castelo, contando com a participação da Orquestra Filarmónica das Beiras, de Paulo e a sua Guitarra Portuguesa, do Quarteto de Saxofones de Coimbra, do Grupo de Cantares de Coimbra, do Coro dos Antigos Orfeonistas de Coimbra e do agrupamento Ala dos Namorados.

Mitos em Óbidos

Até ao dia 17, o Solar da Praça de Santa Maria acolhe os «Monstros e Seres Mitológicos de Óbidos».

Folclore em Paredes de Coura

Hoje, às 16 e às 22 horas, no Centro Cultura, decorre o Festival Internacional de Folclores, com a presença do Grupo Folclórico de Narton (Ossétia - Rússia), do Conjunto Artístico Maraguan (Cuba) e do Grupo Folclórico de Vascões (Paredes de Coura - Portugal). Entrada livre.

Cinema em Sintra

Organizado pela autarquia local e integrado na iniciativa «Animação de Verão», decorre, até ao dia 9, na Praça dos Carvalhais, o programa Cinema ao Ar Livre em Santo Tirso. Assim, amanhã poderá ver três curtas-metragens: «Respirar (Debaixo D'Água), de António Ferreira; «Golpe de Asa», de António Borges Correia; e «O Ralo», de Tiago Guedes e Frederico Serra.

«Buena Vista Social Club», de Wim Wenders (Alemanha) é a longa-metragem escolhida para a exibição de sábado.

«ArteSonado»

Concerto *performance* para as vozes de FÁTIMA MIRANDA

Domingo 10 - 21h30
Grande Auditório do Centro Cultural de Belém
LISBOA

Quarta-feira 13 - 21h30
Rivoli-Teatro Municipal
PORTO

SUGESTÃO

FESTIVAL GAY E LÉSBICO

A criação do mito e de ícones nas suas várias vertentes, incluindo nos aspectos gay, lésbico ou transsexual, são o tema do 4º Festival de Cinema Gay, a decorrer em Lisboa de 8 a 30 de Setembro.

Repartida em duas fases - uma pré-oficial, a decorrer até ao dia 14 na FNAC do Espaço Chiado, e uma oficial, no Fórum Lisboa e na Cinemateca Portuguesa, do dia 15 ao dia 30, sempre à noite -, o festival caracteriza-se pela consolidação do evento.

A exibição, dia 30, no Fórum Lisboa, do filme «O Fantasma», do português João Pedro Rodrigues, que se encontra em competição no Festival de Cinema de Veneza (Melhor Filme e Melhor Primeira Obra), encerra o festival, uma iniciativa que conta com a presença do realizador e de todo o elenco da fita.

Filmes como «Anjo Azul», com Mariene Dietrich, «Joana d'Arc» e «Cleópatra», com Elizabeth Taylor - um duplo mito, pela intérprete e pela obra -, assinalam a fase pré-oficial do festival, ao longo da qual serão exibidos sete filmes clássicos.

Uma homenagem a Simone de Oliveira, seguida da exibição do filme «Goutes d'eau sur pierres brûlantes», de François Ozon, vencedor da última edição do festival de Cinema Gay e Lésbico de Berlim, assinalam a abertura oficial do evento, no dia 15, no Fórum Lisboa.

Com sessões diárias, às 18 e 30 na FNAC, às 21 horas no Fórum Lisboa, e às 21 e 30 na Cinemateca, o festival contempla uma programação que inclui 77 filmes.

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Lembrança

*Foi naquela tarde,
já distante...*

*Mas foi tão nítido e tão vivo,
Amor!, o beijo que me deste,
que não consegue ser saudade.*

*Flor cálida, vermelha flor tenrinha
que nos lábios contentes me deixaste...*

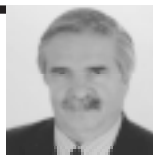
Triste, já o Outono se avizinha.

Só essa flor não quer tombar da haste...

Sebastião da Gama

ÚLTIMA COLUNA

Joel Hasse Ferreira



OS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS

1. Ficou claro nos últimos dias qual o objectivo estratégico de determinados sectores oposicionistas, no domínio da política dos combustíveis. Pretendiam que o Governo, por inabilidade ou insensibilidade, tivesse provocado em Portugal, a propósito do preço dos combustíveis, uma crise como a que se desencadeou em França. Algumas questões de fundo têm que ser referenciadas como estando na base do problema do preço dos combustíveis. E entre eles avulta o reforço da posição dos sectores políticos que pretendem (e estão a conseguir) o aumento dos preços do barril de petróleo, cujo actual ponta de lança é o presidente venezuelano Hugo Chavez, o qual necessita, como pão para a boca, de verbas substanciais para pagar um desenvolvimento económico prometido e com óbvias dificuldades de concretização.

2. Desejável para uma maior eficácia do aparelho produtivo nacional e um maior

realismo económico seria a evolução no sentido de uma mais rápida ligação dos preços dos combustíveis à evolução internacional do preço do barril. Mas existindo no preço final de venda uma importante componente fiscal, o Estado (e portanto, obviamente, o Governo) tem o poder e o direito (pode mesmo ter a obrigação) de manejar o preço final em função dos interesses económicos e financeiros do país, dos cidadãos, das famílias, das empresas. Ou seja, é preciso salvaguardar a competitividade das empresas, garantir o possível controlo da inflação (sem perturbar obviamente o equilíbrio financeiro do Estado) tendo a consciência perfeita de que não se está entretanto a resolver a questão de fundo.

3. Alguma timidez europeia e diversas dificuldades, em Portugal e noutros países, em reduzir a dependência energética, através de outras fontes, vai fazer com que este problema se possa manter por algum tempo, sendo eventualmente superável, a

prazo, no quadro de uma negociação internacional. Mas carecemos de alguns instrumentos que seriam relevantes para assegurar o êxito de uma negociação desse tipo. Nomeadamente, a existência de uma espécie de Conselho de Segurança Internacional para a esfera económica, várias vezes defendida pelo nosso primeiro-ministro e uma maior coordenação das políticas e práticas económicas dos governos da União Europeia, o que muitos desejamos, no respeito pela autonomia das políticas económicas nacionais de cada Estado-membro.

4. A solução de fundo passa por uma regulação internacional que não se adivinha fácil ou por uma alteração das relações de força no seio dos países produtores ou nas suas relações com os principais consumidores, o que não é detalhadamente previsível nem rigorosamente calendarizável. Até lá, é indispensável uma cuidadosa pilotagem estratégica deste processo.

«Do ponto de vista ideológico, a Terceira Via – "lato sensu" – corresponde a qualquer coisa de invertebrado que não abre caminho à necessária renovação da esquerda democrática. Antes pelo contrário»

Fernando Pereira Marques
Expresso, 12 de Agosto

«Com a Terceira Via a esperança socialista é enviada para o depósito das velharias ou torna-se ornamento de discursos em banquetes de homenagem a velhos militantes»

Idem, ibidem

«Ao procurar seduzir as classes médias-altas e ao pactuar com a arrogância dos possidentes, essa "esquerda" pragmática e taticista, fascinada pelo poder e pelo espectáculo do poder, afasta as bases de apoio tradicionais e não atrai outras potenciais, pelo que corre o risco de, mais ou menos ingloria e rapidamente (veja-se Massimo D'Alema), ser vítima da volatilidade do centro»

Idem, ibidem

«Henrique de Barros era uma das figuras cimeiras da democracia portuguesa e da cidadania em Portugal. Olha-se em volta, e quase desapareceram os homens com a sua estatura moral, intelectual, cívica – e não se vê quem esteja a tomar o seu lugar»

José Carlos de Vasconcelos
Visão, 24 de Agosto

PORTUGAL SOCIALISTA
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

ACÇÃO SOCIALISTA
ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigo
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N° 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4°, Massamá, 2745 Queluz

